



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC)

Relatório de Participação da 1ª Audiência Pública Fase 01 — Mobilização e Plano de Trabalho

Outubro, 2023.

APRESENTAÇÃO

Este relatório é parte integrante do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC) referente ao Contrato n.º 03/2023 firmado entre a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) e o Consórcio PDUI Sustentável da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Histórico de versões

Versão 1: 11/10/2023

Revisão da contratante: DD/MM/AAAA

Versão X: DD/MM/AAAA

Aprovação da contratante: DD/MM/AAAA

Versão Consolidada: DD/MM/AAAA

FICHA CATALOGRÁFICA

Consórcio PDUI Sustentável da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC): Relatório de Participação da 1ª Audiência Pública.
Número de folhas: 110.

Endereço do Contratante: Technum Consultoria, SHIS QI 9, bloco D, sala 203, Lago Sul, Brasília, DF. URBTEC™, Av. João Gualberto, 1721, 12º Andar, Vega Business Center, Curitiba, PR.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador do Estado

SECRETARIA DAS CIDADES

Eduardo Pimentel

Secretário de Estado

AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ

Gilson De Jesus Dos Santos

Diretor-presidente

Rodrigo Aleksandro Da Silveira Stica

Diretor Administrativo-financeiro

Dener José De Souza

Diretor Técnico

Cibele Cristine Mello Frankzac

Diretora de Obras

Gabriel Hubner De Macedo

Chefe de Gabinete

Joacir Da Silva Rodrigues

Coordenador Jurídico

Rodrigo Rodrigues Da Silva

Assessor de Imprensa

Willianson Alves Correa

Diretor de Transporte

EQUIPE TÉCNICA

Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná

COORDENAÇÃO

Dener José de Souza

Gestor de Contrato

Ricardo Maurício de Freitas Andrade

Fiscal do Contrato

Ruan Victor Amaral Oliveira

Coordenador Técnico

PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Alessandra Vieira Luccas — Esp. Arquiteta e Urbanista

Coordenadora de Planejamento Territorial

Ana Cristina Negoseki — *Esp. Arquiteta e Urbanista* Raul de Oliveira Gradovski — *Esp. Arquiteto e Urbanista*

Julia Ehalt de Souza — *Esp. Engenheira Ambiental* Veridiana Hreciuk — *Departamento de Controle da Organização Territorial*

Matheus dos Santos Cabral — *Esp. Arquiteto e Urbanista* Andressa Sueli Trindade — *Residente Técnica em Arquitetura e Urbanismo.*

Millena Ribeiro dos Reis — *Esp. Arquiteta e Urbanista*

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Raul de Oliveira Gradovski — Esp. Arquiteto e Urbanista

Coordenador de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Adriana Alexandrino — *Esp. Arquiteta e Urbanista* Ricardo Maurício de Freitas Andrade — *MSc Engenheiro Civil*

Carla Gerhardt — *Esp. Geógrafa* Veridiana Hreciuk — *Departamento de Controle da Organização Territorial*

Julia Ehalt de Souza — *Esp. Engenheira Ambiental* Mateus da Rocha Amado — *Residente Técnico em Arquitetura e Urbanismo*

Milton Luiz Brero de Campos — *MSc Arquiteto e Urbanista*

MOBILIDADE URBANA

Ana Silvia Smania Gomes — Esp. Engenheira Civil
Coordenadora de Mobilidade Urbana

Anabelli Simões Peicho — *Esp. Arquiteta e Urbanista* Willianson Alves Correa — *Esp. Administrador*

Glauco Tavares Luiz Lobo — *Esp. Engenheiro Civil* Jeniffer Mariano Bueno — *Residente Técnica em Arquitetura e Urbanismo*

Kamille Tombely Gumurski — *Esp. Engenheira Civil* João Paulo Franco de Souza dos Santos — *Residente Técnico em Arquitetura e Urbanismo*

Ruan Victor Amaral Oliveira — *Arquiteto e Urbanista*

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ACOMPANHAMENTO

Carla Gerhardt — Esp. Geógrafa
Coordenadora de Sistema de Informações Geográficas e Acompanhamento

Anabelli Simões Peicho — *Arquiteta e Urbanista* João Paulo Franco de Souza dos Santos — *Residente Técnico em Arquitetura e Urbanismo*

Caio Augusto da Silva Santos — *Análise e Desenvolvimento de Sistemas* Amanda Maria Carneiro Chicanoski — *Estagiária em Geografia*

Jose Guilherme Sikorski Van Der Neut — *Departamento de Tecnologia da Informação* Higor Rodrigues Riccio — *Estagiário em Geografia*

Milton Luiz Brero de Campos — *MSc Arquiteto e Urbanista* Luana Moreira dos Santos — *Estagiária em Geografia*

Andressa Sueli Trindade — *Residente Técnica em Arquitetura e Urbanismo*

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Millena Ribeiro dos Reis — Esp. Arquiteta e Urbanista
Coordenadora de Habitação de Interesse Social

Adriana Alexandrino — *Esp. Arquiteta e Urbanista* Ricardo Maurício de Freitas Andrade — *MSc Engenheiro Civil*

Alessandra Vieira Luccas — *Esp. Arquiteta e Urbanista* Isabela Andreotti do Vale — *Residente Técnica em Arquitetura e Urbanismo*

Anabelli Simões Peicho — *Esp. Arquiteta e Urbanista* Jeniffer Mariano Bueno — *Residente Técnica em Arquitetura e Urbanismo*

Heloana Samara Tureck — *Esp. Arquiteta e Urbanista*

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners — MSc Economista

Coordenador de Desenvolvimento Social e Econômico

Carla Gerhardt — *Esp. Geógrafa*

Raul de Oliveira Gradovski — *Esp. Arquiteto e Urbanista*

Heloana Samara Tureck — *Esp. Arquiteta e Urbanista*

Isabela Andreotti do Vale — *Residente Técnica em Arquitetura e Urbanismo*

Priscila Deane Alves de Souza — *Msc Turismóloga*

Mateus da Rocha Amado — *Residente Técnico em Arquitetura e Urbanismo*

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Gabriel Hubner de Macedo — Esp. Comunicador Social

Coordenador de Comunicação e Mobilização

Ruan Victor Amaral Oliveira — Arquiteto e Urbanista

Coordenador de Mobilização

Ana Cristina Negoseki — *Esp. Arquiteta e Urbanista*

Matheus dos Santos Cabral — *Esp. Arquiteto e Urbanista*

Bruna Cristina de Souza Petchevist — *Esp. Secretariado Executivo Trilíngue*

Rodrigo Rodrigues da Silva — *Esp. Jornalista*

Dmitri Arnaud Pereira da Silva — *Esp. Arquiteto e Urbanista*

Anne Vitória Lopes de Pontes — *Assistente Administrativa*

Heloana Samara Tureck — *Esp. Arquiteta e Urbanista*

ANÁLISE TERRITORIAL E INSTITUCIONAL

Gabriel Hubner de Macedo — Esp. Comunicador Social

Coordenador de Análise Territorial e Institucional

Felipe José Ferreira Pacheco — *Esp. Advogado*

Joacir da Silva Rodrigues — *Esp. Advogado*

Millena Ribeiro dos Reis — *Esp. Arquiteta e Urbanista*

Milton Luiz Brero de Campos — *MSc Arquiteto e Urbanista*

Raul de Oliveira Gradovski — *Esp. Arquiteto e Urbanista*

Rodrigo Aleksandro da Silveira Stica — *Esp. Administrador*

Ruan Victor Amaral Oliveira — *Arquiteto e Urbanista*

EQUIPE TÉCNICA

Consórcio PDUI Sustentável da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

COORDENAÇÃO

Gustavo Taniguchi — MSc Engenheiro Civil
Coordenador Geral

Débora P. Follador — Dr.^a Arquiteta e Urbanista
Coordenadora Adjunta

Douglas Christofari Viero — Esp. Engenheiro Civil
Gerente do Projeto

Izabel Neves Da Silva Cunha Borges — MSc Arquiteta e Urbanista
Responsável Técnica da Empresa Technum Consultoria

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Alessandro Lunelli de Paula — Arquiteto e Urbanista
Manoela Fajgenbaum Feiges — MSc Arquiteta e Urbanista

Débora P. Follador — Dr.^a Arquiteta e Urbanista
Paulo Nascimento Neto — Dr. Arquiteto e Urbanista

Clovis Ultramari — Dr. Arquiteto e Urbanista
Gabriel Barbosa Lourenço — Estagiário em Arquitetura e Urbanismo

Douglas Christofari Viero — Esp. Engenheiro Civil
Gabriela Simm Stanga — Estagiária em Arquitetura e Urbanismo

Izabel Neves Da Silva Cunha Borges — MSc Arquiteta e Urbanista
Lumi Dodo — Estagiária em Arquitetura e Urbanismo

Mariana Sacoman Kszan — Arquiteta e Urbanista

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Altair Rosa — Dr. Engenheiro Ambiental
Marcela Dutka Hortega — Analista Ambiental

Augusto De Santos Pereira — Dr. Geógrafo
Gabriel Barbosa Lourenço — Estagiário em Arquitetura e Urbanismo

Diana Maria Cancelli — Dr.^a Engenheira Ambiental
Gabriela Simm Stanga — Estagiária em Arquitetura e Urbanismo

Douglas Christofari Viero — Esp. Engenheiro Civil
Lumi Dodo — Estagiária em Arquitetura e Urbanismo

Helder Rafael Nocko — MSc Engenheiro Ambiental

MOBILIDADE URBANA

Alceu Dal Bosco Jr. — <i>MSc Engenheiro Civil</i>	Alessandro Lunelli de Paula — <i>Arquiteto e Urbanista</i>
Gustavo Taniguchi — <i>MSc Engenheiro Civil</i>	Mariana Sacoman Kszan — <i>Arquiteta e Urbanista</i>
Helena Pauline Schulze — <i>Engenheira Civil</i>	Gabriel Barbosa Lourenço — <i>Estagiário em Arquitetura e Urbanismo</i>
Rodrigo Otávio Fraga Peixoto De Oliveira — <i>Engenheiro Civil</i>	Gabriela Simm Stanga — <i>Estagiária em Arquitetura e Urbanismo</i>
Tami Suzchman — <i>Dr.ª Arquiteta e Urbanista</i>	Lumi Dodo — <i>Estagiária em Arquitetura e Urbanismo</i>
Gabriel Pereira Caldeira — <i>MSc Engenheiro Civil</i>	Giovana Zancan — <i>Estagiária em Engenharia Civil</i>
Helena Pauline Schulze — <i>Engenheira Civil</i>	Vitória Stainzack Figueiredo — <i>Estagiária em Engenharia Civil</i>

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ACOMPANHAMENTO

Arthur Ripka Barbosa — <i>Geógrafo</i>	Jose Geraldo De Noronha — <i>Esp. Ciência da Computação</i>
Cecília Parolim Ferraz — <i>Engenheira Cartógrafa</i>	Fabio Luiz Conte — <i>Advogado, Analista Esp. em Gestão e Sistemas de Informação</i>
Máximo Alberto Silva Miquelles — <i>Esp. Engenheiro Cartógrafo</i>	Stephany Cristina Farias de Souza — <i>Engenheira Cartógrafa</i>

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Alessandro Lunelli de Paula — <i>Arquiteto e Urbanista</i>	Manoela Massuchetto Jazar — <i>Dr.ª Arquiteta e Urbanista</i>
Clovis Ultramari — <i>Dr. Arquiteto e Urbanista</i>	Marcelle Borges Lemes Da Silva — <i>MSc Arquiteta e Urbanista</i>
Débora P. Follador — <i>Dr.ª Arquiteta e Urbanista</i>	Mariana Sacoman Kszan — <i>Arquiteta e Urbanista</i>
Douglas Christofari Viero — <i>Esp. Engenheiro Civil</i>	Gabriel Barbosa Lourenço — <i>Estagiário em Arquitetura e Urbanismo</i>
Izabel Neves Da Silva Cunha Borges — <i>MSc Arquiteta e Urbanista</i>	Gabriela Simm Stanga — <i>Estagiária em Arquitetura e Urbanismo</i>
Manoela Fajgenbaum Feiges — <i>MSc Arquiteta e Urbanista</i>	Lumi Dodo — <i>Estagiária em Arquitetura e Urbanismo</i>

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

André Marega Pinhel — *MSc Cientista Social*

Mary Ângela Nardelli — *MSc Turismóloga*

Augusto De Santos Pereira — *Dr. Geógrafo*

Gabriel Barbosa Lourenço — *Estagiário em Arquitetura e Urbanismo*

Mariano De Matos Macedo — *Dr. Economista*

Gabriela Simm Stanga — *Estagiária em Arquitetura e Urbanismo*

Fábio Domingos Batista — *MSc Arquiteto e Urbanista*

Lumi Dodo — *Estagiária em Arquitetura e Urbanismo*

Marta Takahashi — *Esp. Turismóloga*

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Ariadne Cristine Ferreira De Souza — *Designer Gráfica e de Produto*

Sérgio Luiz Zacarias — *MSc Comunicador Social*

Matheus Rocha Carneiro — *Comunicador Social*

Renato Stall Filho — *Arquiteto e Urbanista*

Ricardo Henrique Junior Kopietz Lopes — *Estagiário em Letras*

INSTITUCIONAL

André Marega Pinhel — *MSc Cientista Social*

Clovis Ultramari — *Dr. Arquiteto e Urbanista*

Luciane Leiria Taniguchi — *Esp. Advogada Profissional do Direito Urbanístico e Ambiental*

Izabel Neves Da Silva Cunha Borges — *MSc Arquiteta e Urbanista*

Augusto De Santos Pereira — *Dr. Geógrafo*

SUPORTE

Viviane Cristina Cardoso — *Administradora*

Fabielle Genude — *Bacharel em Direito*

SIGLAS E ABREVIATURAS

AMEP	Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
APP	Área de Preservação Permanente
CAM	Centro de Acompanhamento Municipal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EA	Equipe de Apoio
EAM	Equipe de Acompanhamento Municipal
EASO	Equipe da Sociedade Civil Organizada
EC	Equipe da Contratada
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Equipe de Supervisão
FPIC	Função Públicas de Interesse Comum
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
P	Produto
OIT	Organização Internacional do Trabalho
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SIGWEB	Sistema de Informação Geográfico em ambiente web
TR	Termo de Referência

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A AUDIÊNCIA PÚBLICA	16
2.1. Participação Social	19
3. APÊNDICES	25
Apêndice I — Contribuições recebidas no site	25
Apêndice II — Contribuições recebidas pelas fichas	46

VERSÃO PRELIMINAR

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fotografias 1ª Audiência Pública – sede do evento	17
Figura 2: Exemplos de Fotografias da 1ª Audiência Pública nos CAMs	18
Figura 3: Total de participantes	19
Figura 4: Total de participantes presenciais.....	20
Figura 5: Total de participantes por CAM.....	21
Figura 6: Total de contribuições por forma de contribuição.....	22
Figura 7: Total de contribuições por município (todas as formas).....	23
Figura 8: Nuvem de palavras com as palavras-chave das contribuições recebidas	24

VERSÃO PRELIMINAR

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Contribuições recebidas via site do PDUI-RMC	26
Quadro 2: Contribuições recebidas presencialmente	47

VERSÃO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

A 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC), conforme previsto pelo Termo de Referência, foi realizada de modo a apresentar à população os resultados dos trabalhos realizados na elaboração do Plano de Trabalho e Mobilização (Produto 01) - em que estiveram presentes membros de Equipes envolvidas na construção do Plano, representantes municipais, sociedade civil organizada e demais interessados.

Dessa maneira, o público pôde levantar questões ao Consórcio PDUI Sustentável — RMC e à Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), por meio de questionamentos e observações, para contribuir com a construção da versão final do Produto 01 (P1).

O presente Relatório Técnico apresenta uma síntese da participação popular no evento e dedica-se a responder aos questionamentos e observações realizados pela população que não foram contemplados ao longo da Audiência devido ao tempo.

Ademais, foram consideradas as contribuições recebidas no site oficial do PDUI-RMC durante um período de 5 dias úteis a partir da data do evento. Ressalta-se que a Ata da 1ª Audiência Pública, publicada anteriormente, contém o detalhamento dos acontecimentos na sede durante a realização do evento, bem como a relação de presentes, os registros fotográficos oficiais e as fichas de contribuição da sede e dos Centros de Acompanhamento Municipais (CAMs).

2. A AUDIÊNCIA PÚBLICA

A 1ª Audiência Pública do processo de desenvolvimento do PDUI-RMC foi realizada em 27 de setembro de 2023, com sede na Usina da Música, localizada no município de São José dos Pinhais, no período das 19h às 22h20. Os demais municípios pertencentes à RMC dispuseram de Centros de Acompanhamento Municipais (CAMs), coordenados pelos técnicos das prefeituras, que permitiram o acompanhamento do evento com possibilidade de manifestação da população local através do preenchimento das fichas de contribuição e das falas de complementação no momento destinado para tal. Ainda, houve a transmissão *online* da Audiência Pública pelo canal oficial da AMEP no Youtube, de modo a possibilitar a assimilação das atividades pelas pessoas que não puderam estar presentes de maneira presencial.

Considerando-se o andamento da formulação do PDUI-RMC, o evento realizado se enquadra na contribuição da sociedade para a elaboração da versão final do Plano de Trabalho de Mobilização (P1), após a revisão da versão preliminar pelas equipes de acompanhamento. Dessa maneira, a finalidade principal do evento compreende a mobilização da população acerca dos objetivos específicos do PDUI, além da apresentação da metodologia e do cronograma das atividades para desenvolvimento do Plano, visando obter contribuições que fomentem complementações ao Produto 01 – de modo a contemplar as demandas públicas na versão final a ser entregue.

A apresentação técnica, realizada pelo Coordenador-Geral do Consórcio PDUI-RMC Sustentável, Gustavo Taniguchi, evidenciou os pontos principais relativos ao desenvolvimento do PDUI, a descrição dos objetivos específicos do Plano, a conceituação do modelo de governança interfederativa, a caracterização das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) priorizadas, a identificação dos agentes envolvidos na elaboração do PDUI, o detalhamento dos tipos de eventos a serem realizados, a apresentação do cronograma, a relação de eventos já realizados, meios de divulgação do PDUI, modo de contribuição permanente e próximos passos, assim como a reiteração do modelo de participação durante a Audiência. Ressalta-se que a Ata da Primeira Audiência

Pública, com descrição pormenorizada dos temas discutidos, está disponível para acesso no site oficial do PDUI-RMC.

Em seguida, a apresentação das contribuições pela população foi organizada através de rodadas compostas por seis participações (duas provenientes da sede, seguidas de uma manifestação de cada CAM por ordem alfabética dos municípios) intercaladas a explicações da mesa técnica, formada por profissionais do Consórcio PDUI Sustentável — RMC e da AMEP. Os apontamentos da equipe técnica aos questionamentos e sugestões apresentados por escrito nos CAMs que não tiveram complementação oral, por desejo do expectador ou por falta de tempo hábil para tal, são apresentados na tabela do Apêndice II.

Ressalta-se que as contribuições da sociedade também foram recebidas por meio do site oficial do PDUI-RMC, através do qual o público também tem a possibilidade de se manifestar a qualquer momento de desenvolvimento do Plano, sem necessidade de simultaneidade à realização das Audiências Públicas. A equipe técnica formulou respostas aos questionamentos e sugestões enviados pelo site até 5 dias úteis após a realização da 1ª Audiência Pública, as quais constam na tabela do Apêndice I.

FIGURA 1: FOTOGRAFIAS 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – SEDE DO EVENTO





FONTE: CONSÓRCIO PDUI SUSTENTÁVEL — RMC (2023).

FIGURA 2: EXEMPLOS DE FOTOGRAFIAS DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA NOS CAMS



CAMPO MAGRO



PIÊN



QUATRO BARRAS



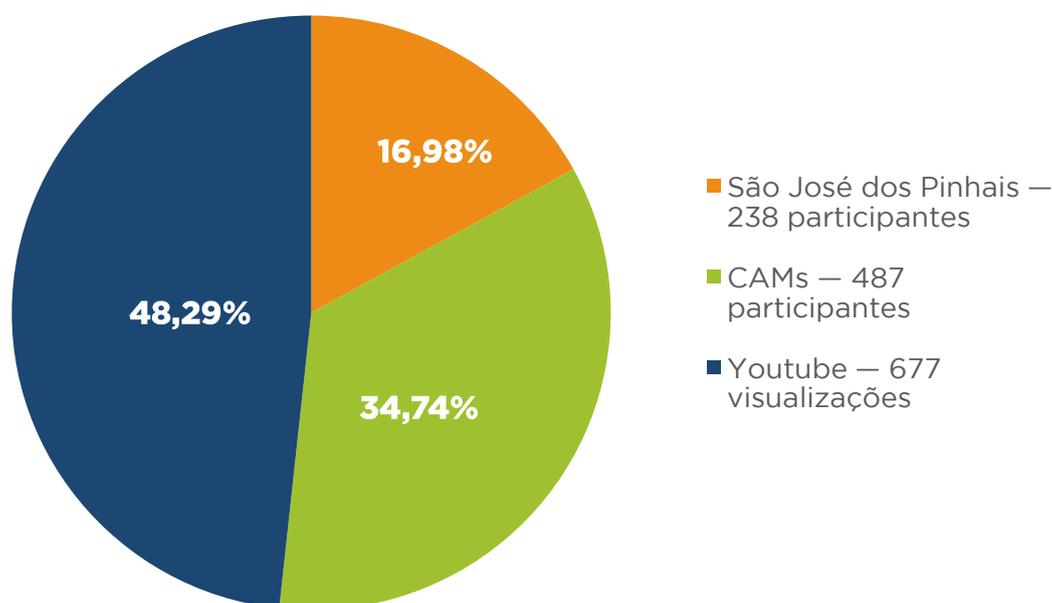
TUNAS DO PARANÁ

FONTE: CONSÓRCIO PDUI SUSTENTÁVEL — RMC (2023).

2.1. Participação Social

A Figura 3 apresenta o total de participações da 1ª Audiência Pública do processo de elaboração do PDUI-RMC. Contabilizou-se um total de 1.399 participantes durante o evento, divididas entre a sede, em São José dos Pinhais, com 238 pessoas presentes (17,01%); os 28 CAMs, com 484 pessoas presentes (34,60%); e a transmissão ao vivo pelo *Youtube*, que contou com 677 participações (48,39%) durante o período de transmissão, com pico de 98 visualizações simultâneas. Destaca-se que, até o momento, contabilizam-se aproximadamente 1.100 visualizações no Youtube.

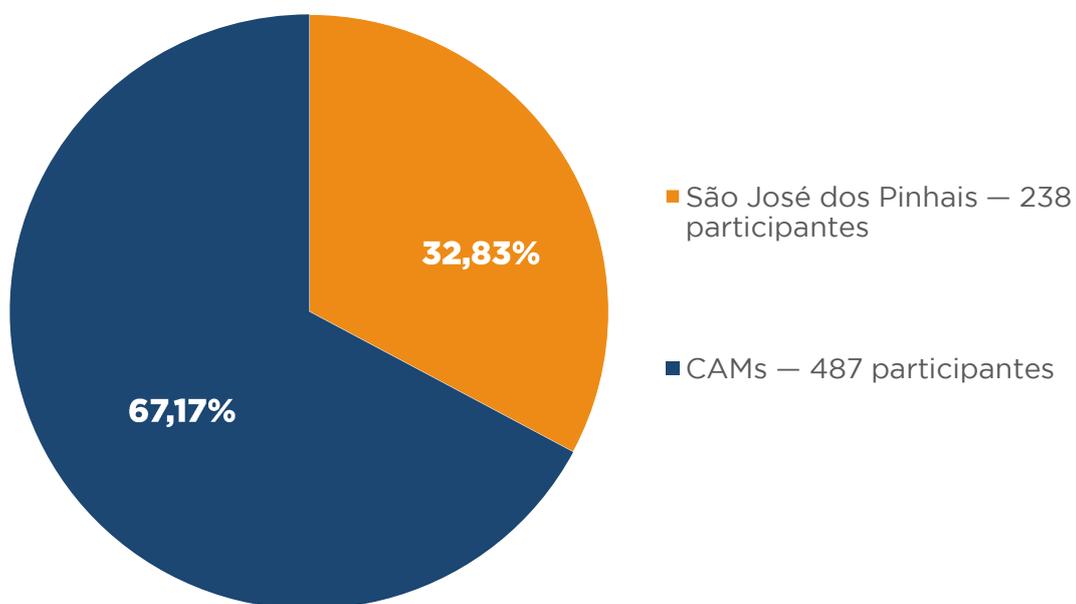
FIGURA 3: TOTAL DE PARTICIPANTES



FONTE: CONSÓRCIO PDUI SUSTENTÁVEL — RMC (2023).

Considerando-se apenas os participantes presenciais, conforme Figura 4, totaliza-se 722 pessoas, divididos entre São José dos Pinhais, com os 238 participantes (32,96%), e os CAMs, com os outros 484 participantes (67,04%). Estes, conforme Figura 5, divididos entre todos os demais 28 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, com destaque a Campo Magro, Almirante Tamandaré e Tunas do Paraná, respectivamente com 63, 56 e 40 participantes cada.

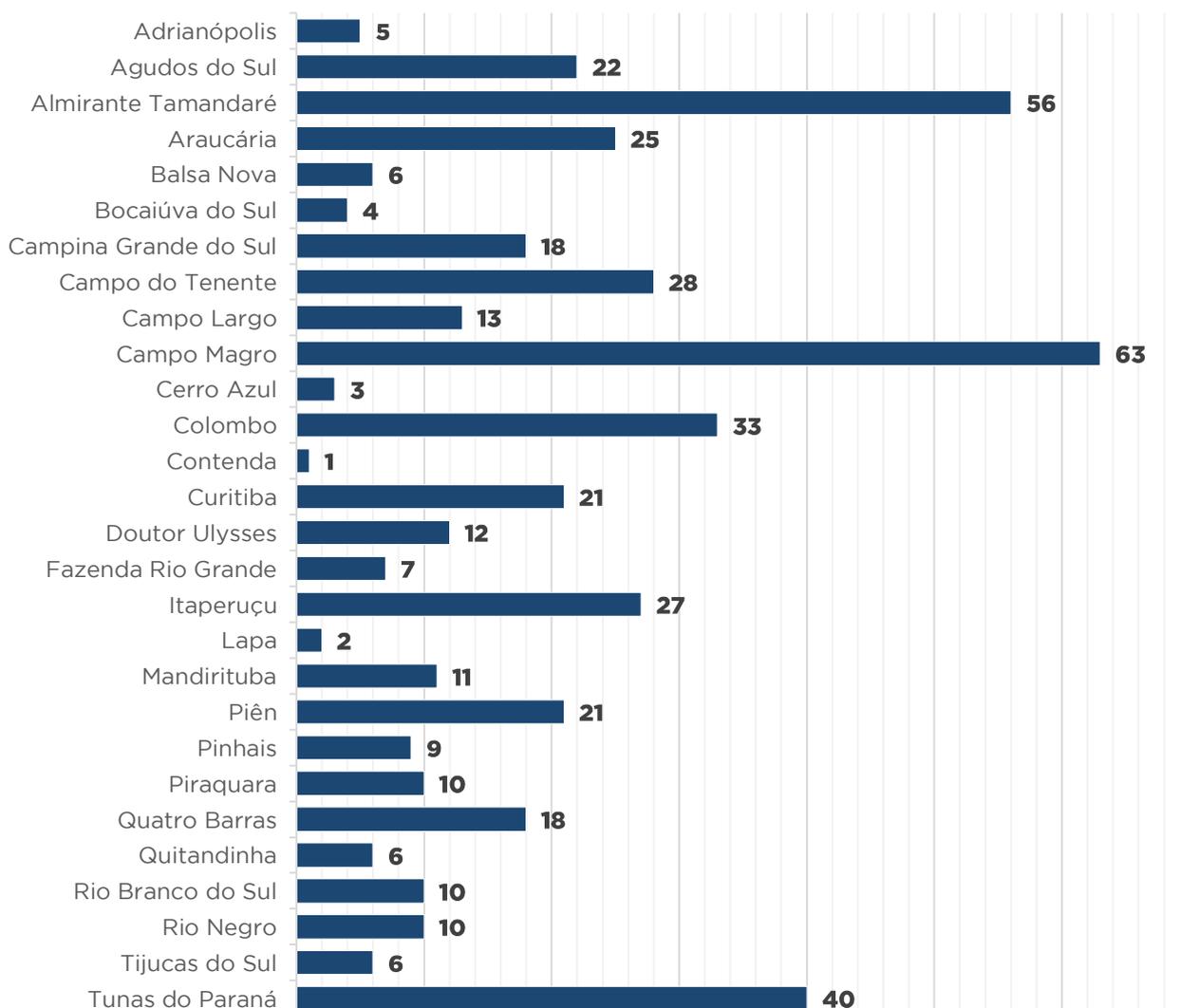
FIGURA 4: TOTAL DE PARTICIPANTES PRESENCIAIS



FONTE: CONSÓRCIO PDUI SUSTENTÁVEL — RMC (2023).

VERSÃO RMC

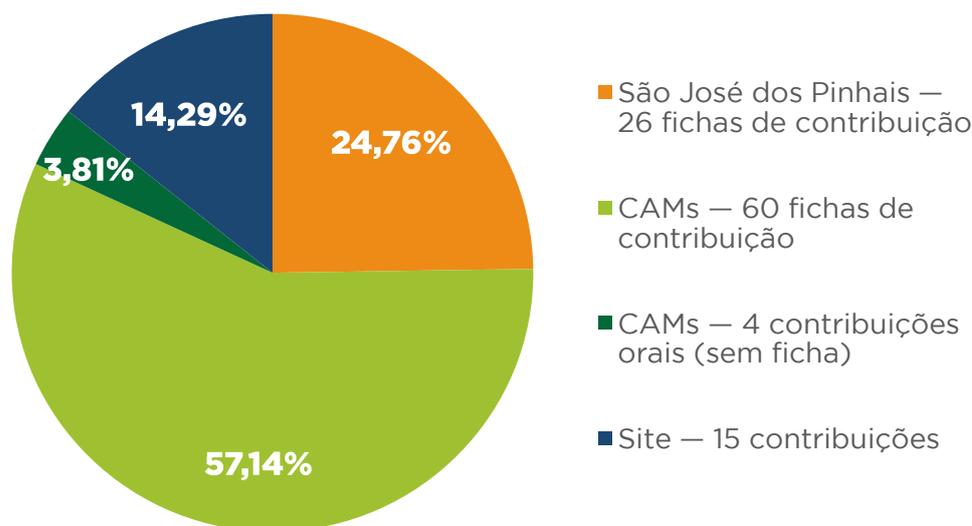
FIGURA 5: TOTAL DE PARTICIPANTES POR CAM



FONTE: CONSÓRCIO PDUI SUSTENTÁVEL — RMC (2023).

No que diz respeito às contribuições obtidas durante o evento, conforme ilustrado na Figura 6, o total atingiu 105 contribuições, distribuídas em três modalidades possíveis: presencialmente, utilizando fichas de contribuição; presencialmente, somente de forma verbal; ou por meio do site. Das 105 contribuições, 86 foram feitas por meio de fichas de contribuição, sendo essas distribuídas entre a sede do evento e os Centros de Acompanhamento Municipal (CAMs), enquanto as outras 15 contribuições foram realizadas através do site.

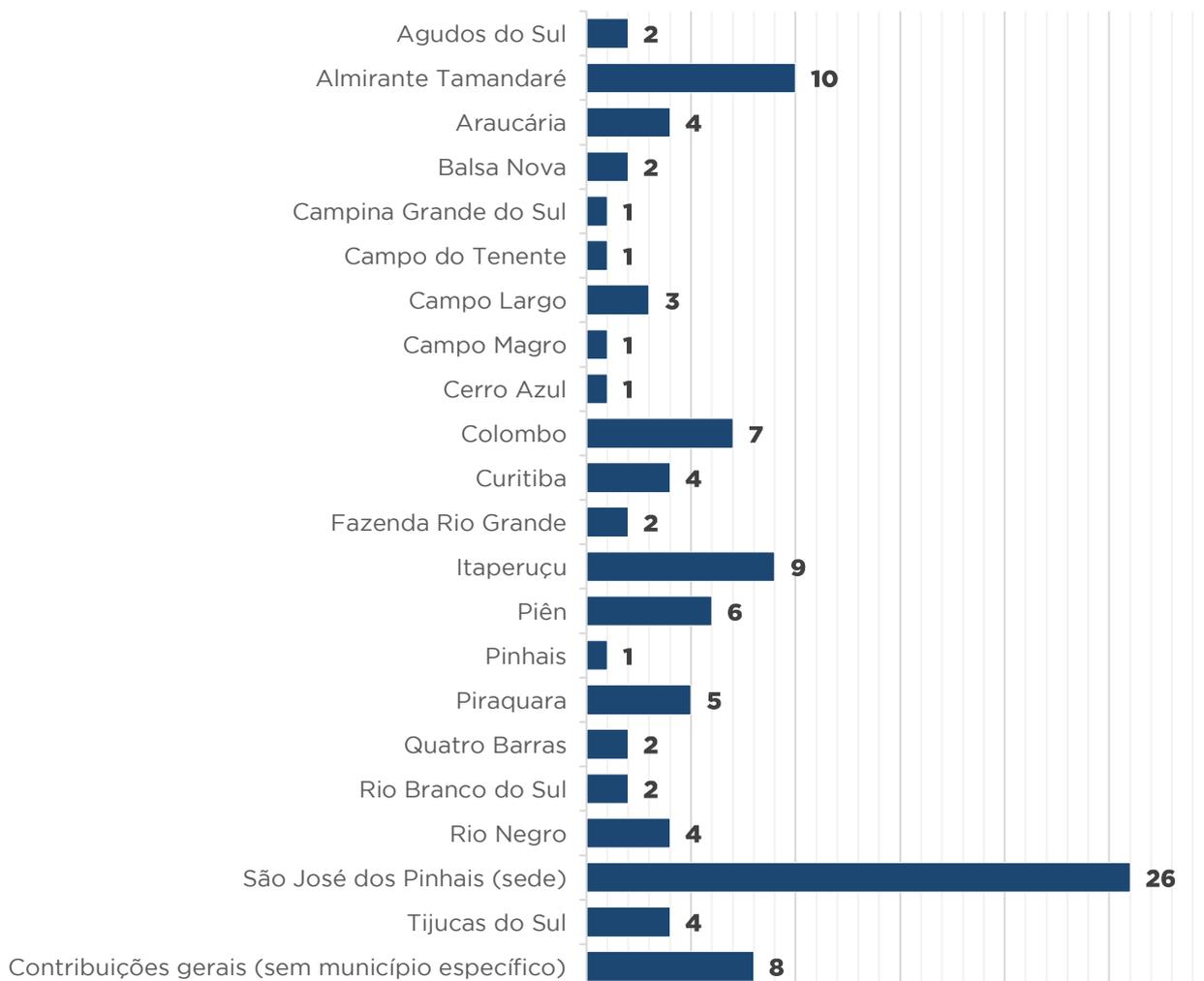
FIGURA 6: TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES POR FORMA DE CONTRIBUIÇÃO



FONTE: CONSÓRCIO PDUI SUSTENTÁVEL — RMC (2023).

A Figura 7 apresenta a quantificação das contribuições por município, considerando todas as formas de contribuição disponíveis: presencialmente, por meio de fichas de contribuição; presencialmente, apenas de forma verbal; ou através do site. É importante ressaltar que a sede do evento, São José dos Pinhais, liderou com 26 contribuições, seguida por Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Colombo, que registraram 10, 9 e 7 contribuições, respectivamente. Além disso, foram identificadas 8 contribuições gerais via site, que não foram direcionadas a nenhum município específico e abordaram temas relacionados à RMC de forma geral.

FIGURA 7: TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES POR MUNICÍPIO (TODAS AS FORMAS)



FONTE: CONSÓRCIO PDUI SUSTENTÁVEL — RMC (2023).

Por fim, a Figura 8 é uma representação visual das palavras-chave ou termos mais frequentes extraídos das contribuições recebidas durante a 1ª Audiência Pública. Nesse contexto, a nuvem de palavras ajuda a destacar as palavras ou termos mais significativos para os participantes. Cada palavra aparece em um tamanho proporcional à sua frequência de ocorrência nas contribuições. Isso significa que palavras ou termos que foram mencionados com mais frequência aparecem em tamanho maior, destacando-se “manancial”, “ambiental”, “governança”, “transporte coletivo”, “desenvolvimento”, “habitação”, entre outros.

3. APÊNDICES

Apêndice I — Contribuições recebidas no site

O Quadro 1, apresentado na sequência, contém as contribuições recebidas via site do Plano para a 1ª Audiência Pública do PDUI-RMC, bem como os esclarecimentos necessários.

VERSÃO PRELIMINAR

QUADRO 1: CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS VIA SITE DO PDUI-RMC

Participante	Contribuição	Esclarecimento
SERGIO MARCELL BATISTA	Em relação às Zonas de Restrição à Ocupação (ZRO) da Região Metropolitana de Curitiba, especialmente PIRAQUARA-PR e outros Municípios com semelhante restrição, o Estado do Paraná tem previsão de indenizar a limitação de fruição de uso da propriedade desde o momento do Decreto considerando que os proprietários dos imóveis devidamente regulares foram prejudicados pelo congelamento e modalidade de "indireta desapropriação sem indenização"? Se não há previsão de indenização pela limitação de uso, há pelo menos a previsão de flexibilização e possibilidade de ajustamento do direito de uso considerando as características peculiares de cada região?	<p>Prezado Sérgio,</p> <p>as questões levantadas por você serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs de Uso e Ocupação do Solo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Kelly Menegari	Término ou ligação do contorno Norte a br 116	<p>Prezada Kelly,</p> <p>as questões relacionadas ao contorno Norte e BR-116 serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo. Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Alyny Vasconcelos de Almeida</p>	<p>Gostaria de solicitar a possibilidade de ônibus direto que ligue a Fazenda Rio Grande ao Campina do Siqueira, Tubo Mercês, Cabral pois não temos nenhuma linha que atenda essa região, Sugerir também um inter hospitais da região metropolitana e gostaria de saber a possibilidade de implantação de novos meios de transporte público como trens eletromagnéticos o quais podem ser financiados via projetos internacionais.</p>	<p>Prezada Alyny,</p> <p>as questões relacionadas ao transporte público coletivo, conexões intermunicipais e entre equipamentos metropolitanos serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos em conjunto com a Diretoria de Transportes na AMEP e relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Ressaltamos também que a sugestão de novas linhas e ligações podem ser solicitadas à Diretoria de Transportes da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, através do link: https://www.amep.pr.gov.br/ouvidoria, para serem analisadas e viabilizadas, se possível.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Cristiane Regina Cleto Melluso</p>	<p>Acredito que o PDUI deve considerar áreas para verticalização da Região Metropolitana, vez que imprescindível para o desenvolvimento econômico. A possibilidade de verticalização evita a formação de favelas e habitações em área de risco. a verticalização permite o aumento da população do município e setor de serviços é revitalizado e expandido gerando emprego, renda e impostos que beneficiam o município e o Estado. Ademais cumpre-se a função social da propriedade. Gostaria de participar ativamente das comissões a fim de colaborar. Pertencço ao quadro de funcionários da ALEP e posso contribuir com sugestões inclusive do Poder Legislativo.</p> <p>A região metropolitana concentra mais da metade da população de Curitiba e necessita urgente de desenvolvimento econômico com áreas de industrialização, comércio, habitação digna, etc.</p> <p>O fato de servir de cidades dormitórios também beneficia a capital e por isso deve a Verticalização ser objeto de profundo estudo liberando áreas úteis mesmo que danos ambientais sejam mitigados ou compensados. Agradeço a atenção e cumprimento a equipe pela eficiência.</p> <p>CRISTIANE MELLUSO OAB/PR 17.274 FONE 41-998714232</p>	<p>Prezada Cristiane,</p> <p>as questões relacionadas ao uso e ocupação do solo, desenvolvimento social e econômico, industrialização e movimento pendular serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs de Planejamento Territorial e Uso do Solo, Desenvolvimento Social e Econômico e Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Com relação à participação no processo, reforçamos que a ALEP será a responsável pela aprovação final, e também será convidada para discussões, inclusive com os representantes da Comissão de Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos da Assembleia Legislativa do Paraná.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Antonio Claudio Martins	Com a diminuição das águas do rio do colono dia após dia, mesmo assim a SANEPAR resolveu capitar água para fornecer a cidade de Tijuca do Sul, teria que ter um projeto para recuperação da mata e das nascentes que alimentam o rio. Acredito que em um futuro próximo esse rio está morto.	<p>Prezado Antonio Claudio,</p> <p>as questões levantadas por você serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo. Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Kelly Menegari	Gostaria de sugerir a pavimentação asfáltica que liga Colombo a Bocaiuva do Sul pelos bairros Ribeirão da onças e Capivari. Pois existe um alto fluxo de veículos pesados principalmente o escoamento de torras por estas vias. Obrigada	<p>Prezada Kelly,</p> <p>as questões relacionadas à conexões viárias intermunicipais, condição e oferta de infraestruturas viárias correlatas, serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo. Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Marcos Vidal da Silva Junior	<p>Boa noite. Alguns questionamentos:</p> <p>1) O levantamento de informações é muito importante, especialmente a integração de informações em uma ferramenta informatizada e georreferenciada. Estas informações serão integradas à base de dados do Estado do Paraná? Serão disponibilizados estes dados de forma que outras pastas possam participar ativamente e permitir a integração com outras políticas públicas?</p> <p>2) Como será a participação de outras pastas do governo nas discussões e contribuições? Quem está previsto a participar?</p> <p>3) Com relação à parte de riscos (ambientais/desastres). Acredito ser importante pensar não apenas nas pessoas que já</p>	<p>Prezado Marcos,</p> <p>A participação ao longo do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMC se dará por meio de vários canais e eventos participativos, com o envolvimento de diversos agentes, conforme detalhamento contido no Produto P1, que foi apresentado durante a audiência e que está disponível para consulta no site do Plano.</p> <p>No que se refere às formas de participação especificamente do governo nas discussões e contribuições, tal qual preconiza o Termo de Referência que orienta o trabalho, estarão envolvidos em todas as etapas do processo: (i) a Equipe de Apoio - EA, constituída por Instituições Governamentais Estaduais; e (ii) as Equipes de Acompanhamento Municipal - EAM, formadas por representantes da equipe técnica municipal e da sociedade civil de cada município. A participação destas</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>vivem em áreas de risco, mas no mapeamento prospectivo, considerando-se as mudanças climáticas e seus impactos futuros previstos, integrando no planejamento urbano, de forma a não criar novos riscos. Existe alguma previsão de recursos previstos para a realização destes mapeamentos nos municípios da RMC?</p> <p>4) Haverá integração com a população na definição de ações locais específicas voltadas à relocação, melhoria de infraestrutura, voltada aos riscos?</p> <p>5) Há previsão de abordagem dos vazios urbanos, pensando-se no aproveitamento dos espaços inutilizados para atender às populações vulneráveis?</p> <p>6) Desenvolvimento econômico deve abranger também melhoria de bem-estar social, qual é a proposta para abordar esse problema para além da habitação, mas pensando-se em criar condições de oportunidades para as pessoas?</p> <p>7) Como será abordada a questão de educação ambiental de forma integrada?</p>	<p>organizações está sendo constantemente solicitada, seja nos eventos participativos (como Audiência Pública e Oficinas), como em reuniões técnicas realizadas com a AMEP e Consórcio. Todos os entes envolvidos na gestão das FPICs serão demandados a participar do processo de elaboração do PDUI-RMC.</p> <p>Para o acompanhamento de todas essas equipes, é prevista a construção de um Sistema de Informações, que permitirá a integração dos participantes, a gestão do projeto e o compartilhamento de análises e de informações. Ainda, será construída uma base cartográfica metropolitana integrada, que ao fim do processo será utilizada para a gestão das Funções Públicas de Interesse Comum.</p> <p>Toda a população está convidada a participar dos eventos participativos, como Audiências Públicas e Oficinas Técnicas, que irão ocorrer ao longo de todo o processo. A programação e conteúdo a ser discutido nesses eventos podem ser acessados por meio do site oficial da elaboração do PDUI (https://www.pduirmc.com.br).</p> <p>As demais questões levantadas por você serão objeto de análise na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs de Uso e Ocupação do Solo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Habitação e Desenvolvimento Social e Econômico, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Emiliana de Fátima Machado	Participação como conselheiro.	<p>Prezada Emiliana,</p> <p>Contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Luiz Ribeiro	Documento excessivamente longo, que abarca toda a vida humana, animal, vegetal da RMC. Se ao final, tiver resultado prático, fruto dos esforços da AMEP, municípios e sociedade civil, haverá prosperidade e ganhos para toda a população dessa região. Caminhemos juntos!	<p>Prezado Luiz Ribeiro,</p> <p>esclarecemos que o desenvolvimento do Produto 01 — Mobilização e Plano de Trabalho e, portanto, do seu conteúdo, teve como orientação principal o escopo mínimo disposto no Termo de Referência (TR) para elaboração do Plano, fruto da Concorrência N°03/2022/COMEC - 169/2022/GMS, bem como diversas reuniões de alinhamento realizadas entre a AMEP e a empresa contratada.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
André Batista Paula Luiz de Paula	<p>criação do Portal do Parque Estadual de Campinhos, onde fica as margens da Estrada da Ribeira, para ajudar na divulgação dos atrativos turísticos do parque e criar o parque municipal do lazer</p>	<p>Prezado André,</p> <p>a sua sugestão será considerada durante a elaboração do Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos referentes às FPICs, que terá caráter propositivo.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
SILVANA MARIA LEITE DE FARIAS	<p>Em relação às Zonas de Restrição à Ocupação (ZRO) da Região Metropolitana de Curitiba, especialmente PIRAQUARA-PR e outros Municípios com semelhante restrição, o Estado do Paraná tem previsão de indenizar a limitação de fruição de uso da propriedade desde o momento do Decreto considerando que os proprietários dos imóveis devidamente regulares foram prejudicados pelo congelamento e modalidade de "indireta desapropriação sem indenização"? Se não há previsão de indenização pela limitação de uso, há pelo menos a previsão de flexibilização e possibilidade de ajustamento do direito de uso considerando as características peculiares de cada região?</p>	<p>Prezada Silvana,</p> <p>as questões levantadas por você serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs de Uso e Ocupação do Solo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Ary Haro	<p>Sugiro um projeto simples, econômico e abrangente: “Todos de olho nos nossos mananciais”;</p> <p>Sugiro que arquivos contendo imagens aéreas das regiões de mananciais sejam amplamente disponibilizadas e compartilhadas com toda a população da RMC: especialmente imagens de drones, geradas por profissionais, ou por qualquer pessoa.</p> <p>A AMEP fica encarregada de receber as contribuições da população interessada, verificar autenticidade, cadastrar e disponibilizar o material.</p> <p>Com atualizações periódicas, no mínimo mensais.</p> <p>E com ênfase em atividade ilegais e/ou ambientalmente perigosas.</p>	<p>Prezado Ary,</p> <p>as questões levantadas por você serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs de Uso e Ocupação do Solo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Alfredo Vicente de Castro Trindade	<p>1 - Não verifiquei no documento menção ao planejamento para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa de forma organizada e integrada pela RMC;</p> <p>2 - Da mesma forma não verifiquei menção a questão da adaptação as consequências da mudança do clima de forma integrada;</p> <p>3 - A questão do pagamento por serviços ambientais está sendo enfocada apenas como levantamento do que existe e não como política pública metropolitana;</p>	<p>Prezado Alfredo,</p> <p>os temas levantados por você, como emissões de gases de efeito estufa e mudanças climáticas, são transversais a várias FPICs e serão inerentemente analisados de forma integrada a outros aspectos que compõem a etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Mobilidade Metropolitana.</p> <p>Os resultados advindos da referida etapa embasarão o desenvolvimento do Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>4 - Não acredito que os temas previstos nos itens 5.1.6 do Plano de Trabalho devam ser tratados de forma tão assertiva como apresentado pois dependeram de vários arranjos institucionais.</p> <p>Para uma primeira análise, são estas minhas considerações.</p>	<p>caráter propositivo. É neste momento que serão delineadas políticas públicas metropolitanas à RMC e estabelecidas medidas correlatas, tais como, o pagamento por serviços ambientais, de modo a viabilizar a governança interfederativa e realidade metropolitana pretendidas.</p> <p>No que se refere à Gestão Plena, objeto do item 5.1.6 do Plano de Trabalho, esclarece-se que sua instituição é condicionante para que a Governança Interfederativa da Região Metropolitana tenha apoio da União, nos termos do Estatuto da Metrópole, Lei Federal n.º 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Especificamente com relação à Governança Interfederativa, o diploma legal estabelece que a mesma deverá compreender, em sua estrutura básica:</p> <p>I. instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; II. Instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; III. organização pública com funções técnico-consultivas; e IV. sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas. (Art. 8º, BRASIL, 2015).</p> <p>Justamente por se tratar de uma estrutura organizacional e operacional voltada ao planejamento e gestão das FPICs nos municípios integrantes da RM, cuja instituição e efetivação se darão por meio de um arranjo institucional, a análise acerca dos agentes e instituições que compõem o território da RMC é fundamental - e, portanto, iniciada já na etapa de diagnóstico.</p> <p>A partir dessa leitura é que será detalhado o modelo de Gestão Plena e Governança Interfederativa da RMC, cujo delineamento decorrerá do papel a ser assumido por cada uma de suas instâncias, bem como pelos</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>demais agentes envolvidos nos processos relacionados às FPICs que compõem o plano, tais como, os municípios e os órgãos estaduais. Os temas previstos no item 5.1.6., portanto, buscam atender não, somente, ao que é solicitado no Termo de Referência que orienta o desenvolvimento do PDUI RMC, mas, também, ao que é requerido no Estatuto da Metrópole.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Ezilda Furquim Bezerra	<p>A riqueza mineral do Paraná se encontra nos minerais não metálicos, tais como a cal, o calcário e o cimento, os quais possuem extrema versatilidade. Graças às suas propriedades químicas e físicas, esses minerais são amplamente utilizados como insumos em diversas indústrias, como sucroalcooleira, vidreira, siderurgia, metalurgia, química, agrícola, construção civil, papelaria, celulose, alimentos e saneamento para tratamento de água e efluentes. Sua importância abrangente na economia e na sociedade torna-os essenciais para diversos setores, impulsionando o desenvolvimento sustentável e o progresso tecnológico em diferentes áreas.</p> <p>Estudos recentes apontam que a circulação de matérias-primas, insumos e produtos acabados oriundos da indústria da cal e do calcário equivale, em peso, à safra agrícola do Estado do Paraná, ultrapassando a impressionante marca de 46 milhões de toneladas em circulação. Esse volume expressivo evidencia a importância e o impacto significativo desses setores para a economia estadual, bem como para a sustentação de diversas atividades industriais e agrícolas que dependem de seus produtos essenciais.</p>	<p>Prezada Ezilda,</p> <p>as questões relacionadas ao desenvolvimento social e econômico, jazidas minerais e potencialidades locais, a ocupação em áreas de preservação permanente, entre outras mencionadas na sua contribuição, serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo. Essas análises considerarão o aspecto minerário de forma integrada às demais FPICs, em especial a de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a de Desenvolvimento Social e Econômico.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>A Região Norte Metropolitana de Curitiba e os Campos Gerais desempenham um papel crucial na produção de cal e calcário no Estado do Paraná. Em 2020, essa atividade econômica foi responsável pela criação de mais de 3.000 empregos diretos e mais de 30.000 empregos indiretos. É importante ressaltar que esses números têm apresentado um crescimento constante nos últimos anos, fortalecendo significativamente o setor mineral na Região Metropolitana e no Estado do Paraná.</p> <p>O empreendimento minerário é intrinsecamente associado à rigidez locacional, uma vez que a extração de minérios só pode ser realizada no exato local onde esses minérios estão naturalmente presentes. Para esclarecer melhor essa rigidez locacional, isso significa que os empreendedores não têm a liberdade de escolher livremente onde desejam conduzir suas atividades produtivas e extrativas. Isso ocorre porque as minas devem ser exploradas onde a própria natureza as depositou. Portanto, não têm a opção de selecionar a comunidade, o contexto político ou o ambiente geográfico onde desejam estabelecer suas operações, ficando estritamente vinculados à localização da jazida.</p> <p>Um exemplo notável dessa restrição é a atividade mineradora em áreas de preservação permanente (APPs). É importante notar que nenhum minerador optaria voluntariamente por ter uma jazida em um espaço territorial designado para proteção ambiental. No entanto, a realidade é que várias concentrações de minerais ocorrem predominantemente nessas áreas de preservação permanente.</p>	

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>Os municípios de Almirante Tamandaré, Castro, Colombo, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Cerro Azul são caracterizados por suas abundantes reservas minerais. Portanto, é fundamental reconhecer o potencial que esses municípios podem oferecer ao estado e à sociedade. Isso é um dos motivos pelos quais a atividade mineral é considerada de utilidade pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365/1941, artigo 5º, alínea “f”, e é reforçada pela Resolução CONAMA nº 369/2006, bem como pelo Decreto nº 9.406/2018 em seu artigo 2º.</p> <p>A cal e o calcário são insumos de suma importância para as indústrias mencionadas anteriormente, e sua relevância vai além, e passa pelo aspecto ambiental. Nossos produtos desempenham um papel significativo na neutralização da acidez e na melhoria do solo, contribuindo para o sequestro de carbono e para a preservação da biodiversidade. Além disso, desempenham um papel crucial na proteção e tratamento dos recursos hídricos, o que resulta na redução do uso de fertilizantes e defensivos químicos.</p> <p>Esses minerais também atuam como impulsionadores da produção sustentável de alimentos, ao promoverem a eficiência no uso da água e estimular a ciclagem de nutrientes no solo. Todos esses fatores combinados contribuem para uma melhora significativa na saúde humana e no equilíbrio do ecossistema.</p> <p>Assim, a cal e o calcário se destacam como aliados fundamentais para a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento consciente em diversas esferas da indústria e</p>	

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>da sociedade. Seu uso inteligente e responsável é essencial para garantir um futuro mais próspero e saudável para as gerações futuras.</p> <p>Além disso, é importante ressaltar os inúmeros benefícios proporcionados pela utilização da cal e do calcário, tanto para melhorar a qualidade de vida como para servirem de base para as indústrias de transformação, como exemplo, a cal desempenha um papel crucial ao tornar produtos básicos, como aço, papel e açúcar, mais acessíveis à população e, também exerce um papel protetor na atmosfera, evitando um aumento descontrolado de enxofre que poderia desencadear um efeito estufa catastrófico.</p> <p>Nesse sentido, a presença desses minerais na indústria e na sociedade não apenas viabiliza o progresso econômico, mas também contribui para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida da população.</p> <p>Ter um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, com um olhar voltado para mineração é essencial para assegurar um legado positivo para as próximas gerações, pautado pela harmonia entre o crescimento econômico, proteção ambiental e exploração mineral.</p> <p>O cálcio e o magnésio, minerais naturais presentes no calcário e nos fertilizantes desempenham um papel crucial. Graças a eles, o Brasil alcançou recordes na produção agrícola, fornecendo alimentos para aproximadamente 800 milhões de pessoas no mundo de acordo com a Embrapa. Esses setores</p>	

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>contribuem significativamente para um desenvolvimento econômico e social equilibrado na região.</p> <p>A utilização de biomassa como fonte de energia para o setor de beneficiamento de minerais enfrenta desafios significativos devido à escassez desse recurso no mercado nacional. Isso se deve, em grande parte, à falta de legislação que promova o desenvolvimento de florestas de produção sustentável e renovável, capazes de fornecer combustíveis renováveis para sustentar a produção e atender à crescente demanda do setor agroindustrial.</p> <p>Nesse cenário, torna-se imperativo revisar e ajustar as políticas energéticas, a fim de promover o manejo responsável de florestas renováveis. Isso possibilitaria a obtenção de fontes alternativas de energia e o desenvolvimento de tecnologias mais eficientes, contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais e a preservação das florestas nativas.</p> <p>Um aspecto de grande relevância é o manejo das florestas de bracatinga, que desempenham um papel fundamental na supressão das necessidades energéticas e na promoção de um ambiente ecologicamente sustentável.</p> <p>Desta forma questionamos:</p> <p>1) É crucial que as indústrias da cal e do calcário continuem sua produção. Assim, questionamos como será enfrentado a compatibilização do setor mineral com as demais temáticas do</p>	

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>PDUI (planejamento territorial, meio ambiente e recursos hídricos, mobilidade urbana, sistemas de informações geográficas e acompanhamento, habitação de interesse social e desenvolvimento social e econômico)?</p> <p>2) Como será tratado no macrozoneamento (fora do perímetro urbano) o manejo de espécies nativas, como a bracatinga, para o fomento da silvicultura familiar, aliado ao desenvolvimento social e econômico de pequenas propriedades rurais?</p> <p>O SINDICAL fica à disposição dos técnicos e estudiosos para auxiliar na harmonização dos temas do PDUI com objetivo de comprometimento de atender à crescente demanda de produção de forma sustentável, responsável com o meio ambiente, sociedade e, em atendimento aos diversos setores da economia e da indústria de transformação.</p>	
Observatório das Metrópoles	<p>Contribuições sobre o Produto 01 — Mobilização e Plano de Trabalho / Audiência Pública:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar o prazo atual de manifestações, que atualmente é de 5 dias, para que seja possível ampliar os questionamentos e contribuições dos representantes e da sociedade civil. 2. Aprimorar a plataforma que recebe as contribuições dos representantes, permitindo que seja possível anexar documentos e imagens. Explicitar se existe número máximo de caracteres para as manifestações. 3. Permitir a participação da sociedade civil através do chat do Youtube durante a transmissão das audiências públicas. 4. Melhorar a divulgação das audiências e a comunicação sobre o PDUI, ampliando os canais de comunicação para os movimentos sociais e para a sociedade civil. 	<p>Prezados(as),</p> <p>agradecemos a participação e esclarecemos o que segue:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) conforme pode ser verificado no site oficial do processo (https://www.pduirmc.com.br), há um campo permanente "Participe!", por meio do qual a população pode apresentar contribuições sempre que desejar. O prazo máximo de 5 dias é exclusivamente para as contribuições referentes à Audiência Pública. Reforçamos que, a partir da publicação dos materiais que serão apresentados nas audiências, é dado um prazo de 20 dias para que a população encaminhe as suas contribuições. 2) trabalhamos no aprimoramento contínuo das metodologias aplicadas e

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>5. Aumentar o número de Centros de Apoio Municipal para as cidades com maior número de habitantes. Podemos citar Curitiba, Araucária ou cidades espalhadas como Colombo, aumentando a possibilidade de acesso da população às Audiências Públicas.</p> <p>6. Reforçar a divulgação antecipada das temáticas que serão trabalhadas em cada etapa do Plano, para que os representantes possam se organizar.</p> <p>7. Explicitar o critério para a localização das audiências e oficinas. A metodologia leva em consideração a relação entre a temática e a espacialidade?</p> <p>8. Partindo do pressuposto que dentro da Região Metropolitana de Curitiba há povos indígenas e povos quilombolas, como será a consulta dessa população, levando-se em consideração a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho)?</p> <p>9. Pedimos um detalhamento maior do fluxograma apresentado no Documento Produto 01 — Mobilização e Plano de Trabalho (página 296).</p> <p>10. Solicitamos a publicização da lista de participantes da Audiência Pública.</p> <p>11. Solicitamos a publicização das Atas das Reuniões Técnicas, que foram realizadas anteriormente e as que virão.</p> <p>12. Pedimos um detalhamento maior sobre quais mecanismos e ferramentas serão utilizados para fomentar a participação nos municípios periféricos da RMC.</p>	<p>avaliaremos a possibilidade de inclusão de arquivos em formato .pdf nas contribuições. De qualquer modo, desde já é possível encaminhar suas sugestões com anexos pelo e-mail contato@pdairmc.com.br.</p> <p>3) essa sugestão será avaliada para execução das próximas Audiências Públicas.</p> <p>4) informamos que as estratégias de mobilização e de comunicação do plano e de seus eventos consta no Produto P1, apresentado na Primeira Audiência Pública. Essas estratégias envolveram: mapeamento e comunicação ativa com atores, cartazes impressos e disponibilizados em equipamentos públicos da RMC e nos ônibus metropolitanos, publicações em sites institucionais do Estado e dos municípios que compõem a RMC, publicação no site do Plano, publicação em Diário Oficial, divulgação nas redes sociais institucionais dos órgãos envolvidos, entre outras. Destacamos que a Equipe de Acompanhamento da Sociedade Organizada (EASO) não estava efetivada até a realização da Primeira Audiência Pública. Com a homologação dessa equipe e sua mobilização para participação no processo, contamos com a colaboração das entidades cadastradas na EASO (como é o caso do Observatório das Metrôpoles) para divulgar o processo de elaboração do plano e mobilizar a população a participar dos eventos participativos e apresentar contribuições nos canais disponíveis no site oficial.</p> <p>5) Ressaltamos que foram disponibilizadas oportunidades de participação em todos os 29 municípios da RMC, além da oportunidade de acompanhamento pelo Youtube da AMEP. A necessidade de disponibilização de mais CAMs compete a cada município e essa demanda será levada ao conhecimento deles.</p> <p>6) o conteúdo a ser trabalhado nos eventos participativos promovidos ao</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>longo do processo de elaboração do PDUI-RMC é disponibilizado com, pelo menos, 15 dias de antecedência no site oficial www.pduirmc.com.br, conforme recomendações do Conselho das Cidades.</p> <p>7) a elaboração do PDUI-RMC, conforme apresentado no Produto P1, prevê a realização de 6 audiências públicas - uma para cada fase do processo. O critério de escolha dos locais para realização dessas audiências não tem relação com as temáticas - uma vez que o conteúdo a ser trabalhado nesses eventos abarca todas as FPICs que compõem o instrumento -, mas, sim, com o tamanho do município, a acessibilidade por meio de transporte público coletivo, a infraestrutura de rede disponível, entre outros. Reforçamos que essa estratégia é complementada pelos CAMs em todos os demais municípios.</p> <p>8) a participação dos povos indígenas contará com a interlocução da FUNAI, que deverá mobilizar esses povos e estabelecer a melhor forma para que eles possam contribuir ao longo do processo. Quanto aos povos quilombolas, serão realizadas reuniões específicas para que possam contribuir com o Plano.</p> <p>9) o fluxograma mencionado é uma representação esquemática e estruturada do sequenciamento das etapas, atividades, reuniões, oficinas, audiências, produtos e relatórios que compõem o processo de elaboração do PDUI-RMC. Esse fluxograma sintetiza as informações contidas nos capítulos anteriores do mesmo relatório. Entretanto, considerando a contribuição recebida, avaliaremos possíveis formas de incorporá-la ao produto.</p> <p>10) todas as informações referentes à realização da Audiência Pública, tais como o conteúdo apresentado, lista de participantes (que se dirigiram</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>à sede do evento e aos CAMs) e contribuições, estão compiladas na Ata do evento, disponível no site oficial do Plano https://www.pduirmc.com.br.</p> <p>11) as atas e memórias das reuniões constarão nos relatório de atividades participativas, que serão publicados no site oficial do processo https://www.pduirmc.com.br, na aba "Documentos", ao fim de cada uma das fases do Plano.</p> <p>12) a estratégia de mobilização e de comunicação está detalhada no Produto P1, disponível no site oficial do processo https://www.pduirmc.com.br. Além disso, ressaltamos que foram realizadas Reuniões de Mobilização, presencialmente, em todos os 29 municípios que compõem a região metropolitana e que foram criados canais de comunicação permanente entre eles, a AMEP e a empresa contratada.</p>

Apêndice II — Contribuições recebidas pelas fichas

O Quadro 2, apresentado na sequência, contém as contribuições recebidas presencialmente, na sede e nos CAMs, durante a realização da 1ª Audiência Pública do PDUI-RMC, bem como os esclarecimentos necessários.

VERSÃO PRELIMINAR

QUADRO 2: CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PRESENCIALMENTE

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Mara Claudia Angoletto Macedo	A minuta submetida ao legislativo será divulgada para a população e empreendedores?	<p>Prezada Mara,</p> <p>Agradecemos a participação e esclarecemos que a Fase 06 do presente Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado corresponde à elaboração de relatório final, minutas de lei e quadro final de propostas na forma de Plano de Ações. Esses produtos, assim como todos os outros resultantes deste processo, serão apresentados em Audiência Pública e, portanto, serão amplamente divulgados para a população.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Bruno Bucz	Integração do transporte coletivo é um item urgente. Hoje mais de 40 mil pessoas se deslocam diariamente para Curitiba e RMC para estudar, trabalhar e buscar tratamentos. Precisa integrar com o terminal de Araucária/CIC/Pinheirinho nos próximos anos.	<p>Prezado Bruno,</p> <p>as questões relacionadas ao transporte público coletivo, conexões intermunicipais e entre equipamentos metropolitanos serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo. No âmbito do PDUI, aspectos relativos a este sistema de transporte e a alternativas possíveis de deslocamentos serão tratados em conjunto com a Diretoria de Transportes na AMEP e naquilo que couber à governança das funções públicas de interesse comum, ou seja política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em municípios limítrofes. Ressaltamos também que a sugestão de novas linhas e ligações podem ser solicitadas à Diretoria de Transportes da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, através do link: https://www.amep.pr.gov.br/ouvidoria, para serem analisadas e viabilizadas, se possível.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Bruno Bucz	Precisa entender os desafios dos municípios metropolitanos que são rurais e as políticas específicas para eles como a questão da gestão do lixo e o acesso à água potável. Precisa olhar para a comunidade Quilombola na principal rodovia que liga a Lapa com a RMC, a BR476.	<p>Prezado Bruno,</p> <p>as questões relacionadas aos desafios metropolitanos, nas suas várias temáticas, serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários. A pertinência e delineamento de políticas específicas, como para resíduos sólidos e acesso à água potável, serão abordados na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Adriano	Agudos do Sul está inserido como área de preservação ambiental, porém não recebe verbas de preservação e também não pode se instalar indústrias no município. Tem plano para mudar essa questão?	<p>Prezado Adriano,</p> <p>as questões relacionadas às áreas de preservação ambiental e instalação de indústrias serão analisadas na etapa de diagnóstico, no Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, respectivamente nas FPICs de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Uso e Ocupação do Solo. Posteriormente, esses aspectos serão também abordados no Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Amauri Lovato</p>	<p>Impossível compactuar, mas com este plano (PDUI) sem uma audiência pública para Almirante Tamandaré ou região norte de Curitiba, tratando-se de assuntos tão cruciais, sensíveis como uso e ocupação do solo e sistema viário e desenvolvimento socioeconômico para nosso município.</p>	<p>Prezado Vereador Amauri,</p> <p>agradecemos a sua contribuição e esclarecemos que o PDUI é um instrumento exigido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) para as Regiões Metropolitanas (RMs). Seu objetivo é orientar o desenvolvimento e a governança interfederativa das RMs, promovendo a integração de políticas públicas e gestão das dinâmicas dos municípios pertencentes a essas unidades federativas. Justamente por se tratar de um instrumento que abrange todo o território metropolitano, as Audiências não são regionalizadas. As discussões promovidas nesses espaços referem-se aos 29 municípios que integram a região, independente do local sede da sua realização.</p> <p>Reforçamos que aconteceu uma reunião no município de Almirante Tamandaré no dia 27 de junho, com o objetivo de mobilizar a Equipe Técnica Municipal acerca da elaboração do PDUI. Toda a população é convidada a participar por meio dos eventos públicos e pelos canais de contribuição continuada: https://www.pduirmc.com.br/.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
<p>Cezar Manfron</p>	<p>Preservação sim – qual a compensação financeira que tem o município? Emenda à Lei Neivo Bernardin faça contemplar as águas subterrâneas. - Desafetação dos loteamentos já implantados, pois as irregularidades são inúmeras com exemplos.</p>	<p>Prezado Cezar,</p> <p>as questões relacionadas a áreas de preservação ambiental e respectivas compensações financeiras, bem como a desafetação dos loteamentos já implantados, serão analisadas na etapa de diagnóstico, no Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, respectivamente nas FPICs de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Uso e Ocupação do Solo. Posteriormente, esses aspectos serão também abordados no Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>João Luiz Leveck Jr.</p>	<p>Não há que se falar em desenvolvimento urbano e econômico se não houver verticalização para habitação coletiva. A venda de lote onera o nicho familiar. Há de se fornecer o imóvel pronto pois o cidadão se endivida para aquisição com o ônus da construção. A venda per capita está ligada ao IDH proporcionaria ao desenvolvimento.</p>	<p>Prezado João,</p> <p>as questões relacionadas às regulamentações quanto ao uso e a ocupação do solo serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Maria Lúcia Alves Moreno</p>	<p>Preservação de mata nativa. Regularização de documentação de chácaras, imóveis. Fiscalização ativa quanto a saneamento básico.</p>	<p>Prezada Maria Lúcia,</p> <p>as questões relacionadas a áreas de preservação ambiental, habitação e saneamento serão analisadas na etapa de diagnóstico, no Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, respectivamente nas FPICs de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Habitação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Posteriormente, esses aspectos serão também abordados no Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
José Silvano Buzato	Novas tecnológicas para edificação, reduzindo as restrições impostas para com nossos municípios abrangidos pelo karst, bem como restrições de atividades laborativas e empresariais.	<p>Prezado José,</p> <p>as questões relacionadas a uso e ocupação do solo e preservação ambiental serão analisadas na etapa de diagnóstico, no Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, respectivamente nas FPICs de Planejamento Territorial e Uso do Solo e Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Posteriormente, esses aspectos serão também abordados no Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Sandro Miguel Mendes	<ul style="list-style-type: none"> - Criar alternativa viária de ligação de Almirante Tamandaré a Curitiba - Ligação do Contorno Norte a BR116 - Duplicação do Contorno Norte - Ligação da PR 092 a região norte do estado. 	<p>Prezado Sandro,</p> <p>as questões relacionadas a deslocamentos metropolitanos e infraestruturas disponíveis para este fim serão analisadas na etapa de diagnóstico, no Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, respectivamente na FPIC de Mobilidade Metropolitana. Posteriormente, esses aspectos serão também abordados no Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>José Luiz Afornalli</p>	<p>- Utilização da ferrovia Curitiba/Rio Branco do Sul de forma a desenvolver o turismo em finais de semana - Finalização do contorno norte de Colombo.</p>	<p>Prezado José,</p> <p>as questões relacionadas a deslocamentos metropolitanos e infraestruturas disponíveis para este fim, serão analisadas na etapa de diagnóstico, no Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, respectivamente na FPIC de Mobilidade Metropolitana. Posteriormente, esses aspectos serão também abordados no Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Nilson Guimarães</p>	<p>Seria melhor audiências presenciais. Gostaria de ver juntos presencialmente as coisas da nossa região norte aqui, ou se juntos buscaríamos uma ideia melhor a todos juntos.</p>	<p>Prezado Nilson,</p> <p>agradecemos a sua contribuição e esclarecemos que o PDUI é um instrumento exigido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) para as Regiões Metropolitanas (RMs). Seu objetivo é orientar o desenvolvimento e a governança interfederativa das RMs, promovendo a integração de políticas públicas e gestão das dinâmicas dos municípios pertencentes a essas Regiões.</p> <p>Dessa maneira, todos os eventos previstos englobam discussões referentes aos 29 municípios que integram a região, independente do local em que aconteçam. Isso é, as Audiências não são regionalizadas e já são presenciais. Os critérios para a escolha do local de realização das audiências públicas leva em consideração a disponibilidade do Poder Executivo Municipal, o atendimento pelo sistema de transporte público coletivo, a existência de infraestrutura de rede, entre outros critérios técnicos. Além disso, destacamos que as audiências públicas são apenas uma das formas de acompanhamento pela sociedade.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Outras podem ser consultadas no Produto P1, destacando-se a realização das Oficinas.</p> <p>Reforçamos que toda a população é convidada a participar por meio dos eventos públicos e pelos canais de contribuição continuada: https://www.pduirmc.com.br/.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Denys Moraes de Paula	Gostaríamos muito de uma audiência pública presencial no nosso município (Almirante Tamandaré), para vocês verem e ouvirem as nossas reais necessidades.	<p>Prezado Nilson,</p> <p>agradecemos a sua contribuição e esclarecemos que o PDUI é um instrumento exigido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) para as Regiões Metropolitanas (RMs). Seu objetivo é orientar o desenvolvimento e a governança interfederativa das RMs, promovendo a integração de políticas públicas e gestão das dinâmicas dos municípios pertencentes a essas Regiões.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Dessa maneira, todos os eventos previstos englobam discussões referentes aos 29 municípios que integram a região, independente do local em que aconteçam. Isso é, as Audiências não são regionalizadas e já são presenciais. Os critérios para a escolha do local de realização das audiências públicas leva em consideração a disponibilidade do Poder Executivo Municipal, o atendimento pelo sistema de transporte público coletivo, a existência de infraestrutura de rede, entre outros critérios técnicos. Além disso, destacamos que as audiências públicas são apenas uma das formas de acompanhamento pela sociedade. Outras podem ser consultadas no Produto P1, destacando-se a realização das Oficinas.</p> <p>Reforçamos que toda a população é convidada a participar por meio dos eventos públicos e pelos canais de contribuição continuada: https://www.pduirmc.com.br/.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Felipe Martins Menor	Haverá a elaboração do Plano de Ação e Investimento para a implantação das diretrizes metropolitanas vigentes e/ou que serão definidas pelo PDUI?	<p>Prezado Felipe,</p> <p>Agradecemos a participação e esclarecemos que a Fase 06 do presente Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado corresponde à elaboração de relatório final, minutas de lei e quadro final de propostas na forma de Plano de Ações. Ou seja, haverá um Plano de Ações. Esses produtos serão apresentados em Audiência Pública e, portanto, serão amplamente divulgados para a população.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Natália Mealha Cabrita</p>	<p>Araucária possui duas represas de abastecimento da RMC, as quais estabelecem restrições de uso e ocupação do solo. Entretanto, a represa do Passaúna representa um risco a milhares de moradores que habitam a jusante desta. Esta questão deve ser tratada com atenção no PDUI, visto que além do risco, esta região abriga uma das maiores ocupações irregulares da RMC.</p>	<p>Prezada Natália,</p> <p>as questões relacionadas aos mananciais de abastecimento público, as ocupações irregulares e as áreas de risco serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Habitação de Interesse Social. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Victor A. Antunes	O estudo vai considerar o mal de metrô para a região metropolitana?	<p>Prezado Victor,</p> <p>as questões relacionadas ao transporte público coletivo metropolitano serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Rafael Noboru Takeuchi	Para o desenvolvimento econômico dos municípios da RMC poderiam estudar formas de incentivo ou de estruturação de eixos de desenvolvimento coincidindo ou não com as rodovias de forma a viabilizar a implantação de polos industriais sem comprometer a mobilidade de longas distancias (rodovias), com a estruturação de vias marginais e/ou grandes eixos paralelos.	<p>Prezado Rafael,</p> <p>as questões relacionadas sistema viário e aos eixos de desenvolvimento industrial serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana e de Desenvolvimento Social e Econômico. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Josemar Veiga	Gostaria de saber se já tem estudos, ou uma previsão, do ônibus metropolitano vir até nosso município (Campo do Tenente)?	<p>Prezado Josemar,</p> <p>as questões relacionadas ao transporte público coletivo metropolitano e conexões intermunicipais serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos em conjunto com a Diretoria de Transportes na AMEP e relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Ressaltamos também que a sugestão de novas linhas e ligações podem ser solicitadas à Diretoria de Transportes da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, através do link:</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>https://www.amep.pr.gov.br/ouvidoria, para serem analisadas e viabilizadas, se possível.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
João Marcos Cavalin Luga	Mobilidade Urbana – Sistema Viário – Transporte Coletivo (integração – subsídio) – Expansão Urbana.	<p>Prezado João,</p> <p>as questões relacionadas ao transporte público coletivo metropolitano, ao sistema viário, a mobilidade urbana e áreas de expansão urbana serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana e de Planejamento Territorial e Uso do Solo. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
<p>Juarez Buttore de Oliveira</p>	<p>Temos inúmeras particularidades a serem debatidas, portanto sugiro a realização de uma audiência em nosso município (Campo Largo).</p>	<p>Prezado Juarez,</p> <p>agradecemos a sua contribuição e esclarecemos que o PDUI é um instrumento exigido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) para as Regiões Metropolitanas (RMs). Seu objetivo é orientar o desenvolvimento e a governança interfederativa das RMs, promovendo a integração de políticas públicas e gestão das dinâmicas dos municípios pertencentes a essas Regiões.</p> <p>Dessa maneira, todos os eventos previstos englobam discussões referentes aos 29 municípios que integram a região, independentemente do local em que aconteçam. Isso é, as Audiências não são regionalizadas. Os critérios para a escolha do local de</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>realização das audiências públicas levam em consideração a disponibilidade do Poder Executivo Municipal, o atendimento pelo sistema de transporte público coletivo, a existência de infraestrutura de rede, entre outros critérios técnicos. Para a escolha do local das próximas audiência o Município de Campo Largo será demandado para indicar a sua disponibilidade e interesse em receber o evento.</p> <p>Além disso, destacamos que as audiências públicas são apenas uma das formas de acompanhamento pela sociedade. Outras podem ser consultadas no Produto P1, destacando-se a realização das Oficinas.</p> <p>Reforçamos que toda a população é convidada a participar por meio dos eventos públicos e pelos canais de contribuição continuada: https://www.pduirmc.com.br/.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Joshar Lihla Amaral	Como serão as tratativas dos governos estadual e federal com os municípios da RMC na divisão dos recursos, de maneira proporcional do tamanho do território e da população?	Prezada Joshar, as questões relacionadas a governança interfederativa, a autonomia dos entes e a repartição de recursos serão abordadas nas fases 4 e 5 do Plano, que discutirão, respectivamente, a proposta de recorte territorial da RMC e o modelo de governança proposto. Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Paulo Cesar Medeiros	Proteção dos mananciais da RMC com incentivos fiscais na gestão ambiental das bacias hidrográficas do Alto Iguaçu e afluentes do Ribeira, do Aquífero Karst, das unidades de conservação e zonas de amortecimento. Barramento da expansão desordenada, limitação das UTPs e controle das ocupações.	<p>Prezado Paulo,</p> <p>as questões relacionadas a proteção dos mananciais de abastecimento público, das unidades de conservação e das UTPs serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Josmar Lima Amaral	Como implantar e desenvolver de forma integrada projetos habitacionais de moradia popular considerando os impactos ambientais e diferentes cenários dentro do próprio município e dentro do PDUI?	<p>Prezado Josmar,</p> <p>o desenvolvimento integrado das políticas e diretrizes habitacionais requer uma série de ações que consideram: a análise de dados e levantamento do cenário habitacional atual; o envolvimento da comunidade local por meio de consultas públicas e oficinas comunitárias; o cruzamento das informações habitacionais com condicionantes de uso do solo, meio ambiente, mobilidade e desenvolvimento socioeconômico; o planejamento integrado considerando as normas vigentes e as diretrizes já estabelecidas em planos municipais e estaduais; e principalmente a gestão interfederativa que envolva a distribuição de responsabilidades entre os entes públicos.</p> <p>Todos esses aspectos estão sendo previstos no PDUI e serão abordados no Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, no Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e Projetos Estruturantes Metropolitanos e na proposição da Governança Interfederativa.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
<p>Josmar Lihla Amaral</p>	<p>De que forma o PDUI poderá impulsionar o desenvolvimento econômico de maneira integrada, considerando as peculiaridades de cada município?</p>	<p>Prezado Josmar,</p> <p>As questões relacionadas ao desenvolvimento econômico integrado, considerando a peculiaridade de cada município, serão abordadas pelo PDUI em duas etapas, tanto no Diagnóstico, na identificação de potencialidades e fragilidades, como também na fase seguinte de Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e definição dos Projetos Estruturantes Metropolitanos - com caráter propositivo, definindo prioridades para o desenvolvimento econômico, considerando cada município.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Lindomar d'Aceti Amil	<ul style="list-style-type: none"> - Terrenos ocupados irregularmente; - Mobilidade urbana; - Meio Ambiente e Asfalto 	<p>Prezado Lindomar,</p> <p>as questões relacionadas às ocupações irregulares, a mobilidade metropolitana e a preservação do meio ambiente serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana; Habitação de Interesse Social e Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Márcio Alves	Precisamos melhorar mobilidade urbana, melhorar a integração do transporte público para a nossa população. Habitação: moradores que habitam em locais irregulares precisam de um projeto de regularização desses locais e proteção do meio ambiente.	<p>Prezado Márcio,</p> <p>as questões relacionadas ao transporte público coletivo metropolitano e a habitação serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo. O Produto 02 irá contemplar o mapeamento de ocupações irregulares, inclusive em áreas de risco e de proteção ambiental. O diagnóstico gerado servirá como base para a proposição de diretrizes específicas para o</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>enfrentamento dessas problemáticas, o que poderá incluir propostas de ação direcionadas à regularização fundiária com necessidade de adoção de medidas de compensação ou requalificação ambiental.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Ary Haro dos Anjos Junior	<p>A AMEP ficaria encarregada de receber e compartilhar arquivos digitais com imagens de irregularidades nas regiões dos mananciais como imagens áreas de drones, por exemplo, obtidas por qualquer cidadão/morador?</p> <p>A AMEP verificaria a autenticidade das imagens, iria disponibilizá-las e mantê-las em bancos de dados acessíveis via internet?</p>	<p>Prezado Ary,</p> <p>as questões relacionadas aos mananciais de abastecimento público e as ocupações irregulares serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Planejamento Territorial e Uso do Solo. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo. Ainda, na Fase 5 do Plano serão discutidos aspectos relativos ao modelo de governança que será proposto para a RMC.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Alyny Vasconcelos de Almeida</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Uma linha que ligue Fazenda Rio Grande ao Terminal Campina do Siqueira, tubo Mercês e Terminal Santa Felicidade. - Novos meios de transporte coletivo como metrô. - Um ônibus inter-hospitais da região metropolitana para Curitiba. 	<p>Prezada Alyny,</p> <p>as questões relacionadas ao transporte público coletivo, conexões intermunicipais e entre equipamentos metropolitanos serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos em conjunto com a Diretoria de Transportes na AMEP e relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Ressaltamos também que a sugestão de novas linhas e ligações podem ser solicitadas à Diretoria de Transportes da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, através do link:</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>https://www.amep.pr.gov.br/ouvidoria, para serem analisadas e viabilizadas, se possível.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
<p>José Disney de Barros Barboza</p>	<p>Divisas municipais – são diversas as inconsistências e falta de definição conclusiva sobre as divisas municipais nos municípios da RMC e isso tem prejudicado a gestão em casos com aglomeração urbana. No caso de Itaperuçu, isso ocorre com Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré, onde vários entendimentos já foram apresentados para a mesma questão. A sugestão é no sentido que o PDUI cuide com maior assertividade dessas questões, sem apenas colocar em diagnóstico e Plano de Ações que não se concretizam ao longo dos anos.</p>	<p>Prezado José,</p> <p>as questões relacionadas às divisas municipais não serão escopo do PDUI-RMC. Os municípios seguem suas tratativas em relação ao tema com a AMEP e o IAT.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
José Disney de Barros Barboza	Como a pretensa governança entre municípios e AMEP será efetivada, especialmente aos municípios do Anel 2, composto por municípios menores de baixa capacidade orçamentária, mas que sofrem com as restrições ambientais de forma mais severa, se sem alternativa de gestão territorial conseguirão ter voz, voto e poderão efetivar as ações de interesse local com segurança jurídica, administrativa e técnica?	<p>Prezado José,</p> <p>as questões relacionadas a governança interfederativa e a autonomia dos entes serão abordadas nas fases 4 e 5 do Plano, que discutirão, respectivamente, a proposta de recorte territorial da RMC e o modelo de governança proposto.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Jean Gomes Castro	O Município de Itaperuçu, assim como vários em nossa região, possui um potencial hídrico subdimensionado, com várias tentativas de aproveitamento para modal energético, com instalações de PCH's e CGH's, como o PDUI poderá atuar na dinamização dos procedimentos com respeito a toda questão ambiental, mas com segurança aos atos dos investidores.	<p>Prezado Jean,</p> <p>as questões relacionadas aos recursos hídricos e aos licenciamentos ambientais serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Antonio Pedro	<p>Ao aprovarmos o PDM em 2021 percebemos a dificuldade de regulamentar o parcelamento do solo com a realidade de nossa municipalidade. Nesse sentido, minha crítica é no sentido que necessitamos de melhor apoio técnico do órgão de gestão metropolitana diante às restrições que se impõem. Inclusive na criação de cenários que permitam compensações (extra ICMS Ecológico) de serviços ambientais. O futuro manancial existente no aquífero karst nos traz restrições, mas não compensa, os municípios do citado anel 02 - estão à margem das políticas urbanas efetivas.</p>	<p>Prezado Antonio,</p> <p>as questões relacionadas às restrições à ocupação, aos mananciais de abastecimento e às compensações financeiras serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs de Planejamento Territorial e Uso do Solo e Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo. Assim, os questionamentos apresentados fazem parte do escopo de elaboração do PDUI-RMC.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.
Josias Geffer	O município de Itaperuçu, assim como os demais no seu entorno pertencem à região do Aquífero Karst e, por decorrência dessa condição geológica recaem diversas restrições ao ordenamento urbano com limitações que, por vezes, não conseguem equacionar a realidade socioeconômica e a produção de lotes com tamanhos mínimos, exigidos via AMEP, que tornam o acesso à moradia uma dificuldade, criando ao longo dos anos um cenário de irregularidades, de fracionamentos descontrolados que dificilmente são percebidos pelas gestões (somente quando o problema já esta instaurado). Em paralelo, o Ministério Público, diante a essencialidade de serviços obriga ligações de água, energia elétrica nesses casos e o dilema social só tende a crescer. Acredito que mais de 60% de nossa população esta com restrições para registrar sua moradia. É necessário dialogar com mais elementos técnicos nas análises, mais recursos aos técnicos do órgão regional que permita orientar os municípios, maior	<p>Prezado Josias,</p> <p>as questões relacionadas às restrições à ocupação, áreas de interesse de preservação, a moradia, entre outras mencionadas em sua contribuição serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs de Planejamento Territorial e Uso do Solo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Habitação de Interesse Social. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	clareza da SANEPAR que impõem grande parte das restrições, criar alternativas de REURB mais facilitadas, ZEIS com políticas efetivas, entre outros. Mas o dialogo ao aprovar um PDM nem sempre tem a possibilidade de uma equação razoável marginalizando nossa população.	importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas. Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.
Juninho Truques	No exercício da vereança dentro da atual gestão fomos pessoalmente até à Diretoria da AMEP levar a necessidade de melhoria em relação à mobilidade urbana e criação de melhores alternativas, construção de Terminal Rodoviário, melhor acesso na entrada do Município que usa de Rodovia Estadual. Uma parcela significativa do PIB Municipal decorre do setor industrial minerário e esse criar gargalos na mobilidade pela dinâmica de transporte necessária aos seus produtos. Nossa população sofre com o descaso, a Rodovia dos Minérios não foi duplicada até Itaperuçu e Rio Branco do Sul, e como já dito por pares desta Câmara de Vereadores, os municípios do anel II ficam marginalizados. Lembrando que, grande parte de nossa população usa transporte para trabalhar (diariamente) na Capital	Prezado Juninho, o desenvolvimento integrado das políticas e diretrizes habitacionais requer uma série de ações que considerem: a análise de dados e levantamento do cenário habitacional atual; o envolvimento da comunidade local por meio de consultas públicas e oficinas comunitárias; o cruzamento das informações habitacionais com condicionantes de uso do solo, meio ambiente, mobilidade e desenvolvimento socioeconômico; o planejamento integrado considerando as normas vigentes e as diretrizes já estabelecidas em planos municipais e estaduais; e principalmente a gestão interfederativa que envolva a distribuição de responsabilidades entre os entes públicos.

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	do Estado. Segue reforço de manifestação que também foi feita durante a audiência pública oralmente.	<p>Todos esses aspectos estão sendo previstos no PDUI e serão abordados no Produto 02 - Diagnósticos Setoriais Prioritários, no Produto 03 - Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e Projetos Estruturantes Metropolitanos e na proposição da Governança Interfederativa.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Liuna Geffer	Faço uma crítica ao processo de diagnóstico do PDUI que impôs contribuição de 01 proposta por município, sendo que, havíamos debatido antes da audiência e já continham diversas contribuições. Espera-se que TODAS tenham o mesmo tratamento. Dito isso, reforço as falas dos nobres colegas, dos representantes de Rio Branco do Sul, do representante de Almirante Tamandaré quanto às questões de mobilidade, da Rodovia dos Minérios (Rodovia da morte) além do debate sobre as condições que tratam o uso e ocupação do solo. E, por fim, fazemos alertas em como será a citada governança que se não	<p>Prezada Liuna,</p> <p>a metodologia proposta para a realização da Primeira Audiência Pública do PDUI-RMC buscou garantir possibilidade de fala aos representantes de todos os municípios da RMC em um período de tempo que permitisse uma participação efetiva dos presentes. Ressaltamos que as audiências não são a única forma em que essas contribuições poderão ser feitas. A metodologia participativa do processo é detalhada no Produto P1, que foi apresentado durante a audiência. Destacamos que é possível enviar contribuições ao processo por meio do site.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>for bem regulamentada aumentará a exclusão dos municípios de menor potencial populacional e ou proximidade com a capital.</p>	<p>Além disso, é importante destacar que as questões relacionadas ao diagnóstico da RMC serão analisadas na etapa seguinte, no Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
<p>Araslei Cumin</p>	<p>Considerando as restrições urbanísticas impostas nas análises técnicas ratificadas por alguns órgãos e integrantes que atuam junto a Câmara do Karts onde, por vezes, dependemos de laudos geológicos e ou geofísicos detalhados que não existem e, diante sua ausência, impõem-se uma condição de restrição mais severa ao ordenamento urbano municipal com limitações ao parcelamento, ao uso e ocupação do solo e zoneamento urbano</p> <p>QUESTIONA-SE:</p>	<p>Prezado Araslei,</p> <p>as questões relacionadas aos mananciais de abastecimento público, as restrições a ocupação e demais temas apontados em sua contribuição serão analisados na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Habitação de Interesse Social; Desenvolvimento Social e</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>a) Qual abrangência dos estudos do PDUI terão sobre as limitações geológicas da região pertencente ao Aquífero Karst para possibilitar um controle e gestão ao ordenamento urbano mais efetivo e eficaz levando em conta que tais restrições não seguem acompanhadas de soluções compensatórias e criam um cenário de ocupação irregular, com baixo controle efetivo do Poder Público local?</p> <p>b) Os estudos existentes mostram de forma macro a questão das condições geológicas, MAS ao se questionar com estudos pormenorizados, nem sempre, obtém-se respostas satisfatórias e a restrição é mantida aprofundando a continuidade de ocupação irregular.</p> <p>c) Não há apoio técnico do órgão de gestão metropolitana no controle e ou subsídios de apoio para gestão territorial, sendo que, a restrição em partes é realizada para manutenção de um manancial futuro de abastecimento. Em qual sentido o PDUI poderá auxiliar nessa questão?</p> <p>d) Por vezes a restrição urbanística de nossa municipalidade decorre da necessidade de extração, abastecimento e ou recarga</p>	<p>Econômico e Planejamento Territorial e Uso do Solo. Essas questões também serão abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Mais detalhadamente sobre os itens apontados, temos a esclarecer ainda:</p> <p>a) as análises do PDUI serão realizadas na escala metropolitana, sobre as funções públicas de interesse comum e, especificamente sobre as limitações geológicas, essas análises se utilizarão de dados secundários de domínio do IAT.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>hídrica solicitada pela companhia de saneamento estadual, com limitações criadas a partir da participação influente da SANEPAR na Câmara do Karts. MAS, por outro lado, ao comparar o grau de investimento, as regras do Plano de Saneamento local e as metas da empresa (SANEPAR) evidencia-se QUE, a restrição à ocupação é imposta para reserva técnica de possível abastecimento sem sua efetivação como política pública e ou implantação em prazo adequado, sendo que, as áreas criam um vazio urbano de difícil gestão e ou com regras que impedem acesso à moradia, atividade industrial, comercial e inviabiliza eixos de crescimento na cidade. Não ocorre uma gestão efetiva, mas sim, uma restrição extrema sem aparato técnico de controle ao longo dos anos que permita sua revisão e ou que crie medidas compensatórias e ou crie outros cenários urbanísticos que viabilizem a ocupação de forma ordenada.</p> <p>e) A solução de gestão territorial é compartilhada com AMEP, mas somente do ponto de vista da restrição sem apoio técnico complementar e ou medidas compensatórias que auxiliem no orçamento público, por exemplo. Alterar essa gestão para uma</p>	<p>b) conforme questão anterior, os estudos resultantes do PDUI serão na escala metropolitana e sobre as funções públicas de interesse comum, diferentemente daqueles oriundos de projetos ou planos setoriais específicos. Cabe destacar que os resultados do PDUI estarão em consonância com a legislação ambiental.</p> <p>c) cabe à AMEP o apoio técnico aos municípios no "controle e/ou subsídio de apoio para gestão territorial" já que, conforme estabelece o Art. 1º da Lei Estadual n.º 21.353/2023. A referida Agência tem, dentre suas atribuições, "<i>XIV - fornecer assistência técnica e institucional aos municípios das Regiões Metropolitanas, com o objetivo de repassar tecnologias e informações necessárias ao planejamento e à gestão local das funções públicas ligadas aos interesses comuns metropolitanos</i>" (Art. 3º). No âmbito do PDUI, para além das diretrizes e recomendações à execução das FPICs, dentre as quais, a de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, figura, dentre seus produtos finais, o delineamento de um modelo de governança interfederativa, com o detalhamento acerca dos papéis assumidos por cada uma de suas instâncias (que terão os municípios metropolitanos como parte integrante), bem como da sua</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>atuação livre (consorciada) entre município e AMEP – como mencionado em reunião recente na sede da Prefeitura -, sem dotar de técnicos específicos, sem dotar de orçamento estadual ao órgão metropolitano e afins, será apenas transferir o problema e deixar os municípios à mercê do controle dos direitos difusos diante ao Ministério Público do Estado. Ou seja, poderá complicar ainda mais a atuação dos gestores municipais. Quais alternativas estão sendo criadas para, realmente, criar um cenário de segurança jurídica aos atos e ou de critério técnico aliado a responsabilidade de gestão territorial sem apenas transferir o problema?</p>	<p>relação com demais atores envolvidos na gestão das funções públicas. Nesse sentido, o instrumento irá contribuir para a elucidação da questão levantada não, somente, ao estabelecer o encaminhamento para pontos específicos metropolitanos tendo em vista aspectos, por vezes, conflitantes (como, por exemplo, restrições de uso e ocupação do solo frente à preservação de mananciais futuros) como, também, ao detalhar as obrigações e inter-relações entre as instâncias componentes da governança interfederativa.</p> <p>d) as questões relacionadas à restrição urbanística, extração, abastecimento e ou recarga hídrica, bem como, otimização de infraestruturas existentes, uso e ocupação do solo, desenvolvimento social e econômico, serão tecnicamente analisadas na etapa de diagnóstico do processo de elaboração do PDUI e embasarão o delineamento de diretrizes às FPICs que fazem parte do instrumento. Importante salientar que, tais procedimentos serão desenvolvidos por meio de dados e informações técnicas disponíveis, planos setoriais e marcos normativos existentes e demais elementos afetos às temáticas mencionadas. Os achados advindos dessa etapa, por sua vez,</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>subsidiarão o desenvolvimento de recomendações à atuação da governança inferderativa, a ser desenhada abrangendo as instâncias previstas no Estatuto das Metrôpoles, Lei Federal n.º 13.089/2015. Resguardadas estas considerações, cabe mencionar que, hierarquicamente, o PDUI deve estar em conformidade com os direcionamentos e exigências contidos em leis e planos estaduais e federais. Ainda, que as questões levantadas já são objeto de discussão de comitês, câmaras técnicas e conselhos (tais como, a Câmara Técnica do Karst, Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira). Ainda assim, destaca-se que, cabe à AMEP, "IX - promover e propor pesquisas e estudos técnicos destinados a fornecer e atualizar informações necessárias ao planejamento integrado das Regiões Metropolitanas, compatibilizando-os com os interesses do Estado e dos Municípios; X - formular e avaliar as políticas públicas setoriais de interesse comum dos municípios das Regiões Metropolitanas, podendo implantar programas e planos de obras, atividades e serviços de interesse comum metropolitano; (...) XII - coordenar as atividades das entidades públicas estaduais e municipais ligadas ao desempenho das funções públicas de interesse comum; (...) XIV - fornecer assistência</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>técnica e institucional aos municípios das Regiões Metropolitanas, com o objetivo de repassar tecnologias e informações necessárias ao planejamento e à gestão local das funções públicas ligadas aos interesses comuns metropolitanos; (...) XVI - secretariar, em caráter permanente e meramente executivo, as atividades e reuniões das instâncias executiva e deliberativa das Regiões Metropolitanas; XVII - fornecer suporte técnico e administrativo às instâncias executiva e deliberativa" (Art. 3º, Lei Estadual nº 21.353/2023).</p> <p>e) conforme mencionado nos itens anteriores, a Lei Estadual n.º 21.353/2023, que institui a AMEP, delega à essa agência as obrigações de "IX - promover e propor pesquisas e estudos técnicos destinados a fornecer e atualizar informações necessárias ao planejamento integrado das Regiões Metropolitanas, compatibilizando-os com os interesses do Estado e dos Municípios; X - formular e avaliar as políticas públicas setoriais de interesse comum dos municípios das Regiões Metropolitanas, podendo implantar programas e planos de obras, atividades e serviços de interesse comum metropolitano; (...) XII - coordenar as atividades das entidades públicas estaduais e municipais</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>ligadas ao desempenho das funções públicas de interesse comum; (...) XIV - fornecer assistência técnica e institucional aos municípios das Regiões Metropolitanas, com o objetivo de repassar tecnologias e informações necessárias ao planejamento e à gestão local das funções públicas ligadas aos interesses comuns metropolitanos; (...) XVI - secretariar, em caráter permanente e meramente executivo, as atividades e reuniões das instâncias executiva e deliberativa das Regiões Metropolitanas; XVII - fornecer suporte técnico e administrativo às instâncias executiva e deliberativa" (Art. 3º). No âmbito do PDUI, as análises a serem desenvolvidas na etapa de diagnóstico embasarão o delineamento de diretrizes e recomendações à execução das FPICs que poderão envolver, se tecnicamente justificável, políticas e compensações ambientais. No que tange à gestão, faz-se mister salientar que, conforme já apontado nos itens anteriores, figura dentre os objetos finais do instrumento a definição de um modelo de governança interfederativa cuja composição, tal qual estabelece o Art. 8º, do Estatuto das Metrôpoles, Lei Federal n.º 13.089/2015, " I – instância executiva, composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; II –</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; III – organização pública com funções técnico-consultivas; e IV – sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas". Logo, os municípios metropolitanos farão parte da governança interfederativa a ser instituída na RMC e, portanto, poderão compor os momentos de discussão e participar das tomadas de decisão acerca das questões metropolitanas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Simon Schneider	<p>O PDUI vai apresentar estudos e ações para incluir Piên no transporte metropolitano de Curitiba? Para o município regulamentar o transporte municipal através de vans, micro-ônibus, mototáxis, e motoristas de aplicativo, precisa de análise do PDUI-RMC?</p>	<p>Prezado Simon,</p> <p>as questões relacionadas transporte público coletivo metropolitano serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Para o município regulamentar o transporte municipal não se faz necessária a análise do PDUI, nem da AMEP, visto que cada município é responsável pelo seu transporte urbano, dentro de seus limites territoriais.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas</p>
Simon Schneider	Nosso município (Piên) tem bastante problemas com imóveis sem documentação (matriculas no registro de imóveis), haverá algum diagnóstico e estudo propondo soluções pelo PDUI nesse tópico? Quais seriam as soluções possíveis, num primeiro momento, para	<p>Prezado Simon,</p> <p>as questões relacionadas a regularidade fundiária e às habitações de interesse social serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
	<p>implantar habitação social nas regiões que são denominadas áreas de manancial, que restringe o adensamento?</p>	<p>— Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Habitação de Interesse Social, onde será construído o diagnóstico setorial de cada uma das funções públicas de interesse comum, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Além disso, cabe ressaltar que em áreas de manancial a legislação estadual, principalmente o Decreto Estadual n.º 10.499/2022, já prevê a possibilidade de implantação de empreendimentos de habitação de interesse social com parâmetros específicos, visando atender conjuntamente as necessidades da população de baixa renda e a proteção dos mananciais.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Orlando Liesl	Construir 3ª faixa nas Rodovias 419, 281 e 420	<p>Prezado Orlando,</p> <p>as questões relacionadas ao sistema viário serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Enlânderson de Oliveira Teixeira	Para avaliação do uso do solo rural serão utilizados os dados do INCRA – Cadastro Rural?	<p>Prezado Enlânderson,</p> <p>as questões relacionadas ao uso e a ocupação do solo serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo, utilizando-se dos dados disponíveis dos diversos órgãos gestores, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Isabelle Barcelos Malaquias</p>	<p>O decreto de mananciais estabeleceu as áreas de interesse de abastecimento da região metropolitana, em que Piên entrou com cerca de 90% do seu território nessa área de manancial. Uma vez que esse decreto estabelece regras para o uso e ocupação do solo, restringe e limita o parcelamento em áreas de manancial, o que é totalmente compreensível, dado o interesse na conservação dos recursos naturais, a população de Piên gostaria de compreender melhor como um município que não possui rede de coleta e tratamento de esgoto foi inserida nessa área de manancial sem nenhum suporte para implementação do referido tratamento de efluentes. Existe a possibilidade de Piên obter uma contrapartida compensatória que favoreça o município de alguma forma, levando em conta principalmente o setor de desenvolvimento econômico? Ou, existe a possibilidade de retirar uma parte de Piên dessa área de manancial?</p>	<p>Prezada Izabelle,</p> <p>as questões relacionadas aos mananciais, às restrições à ocupação do solo e as compensações financeiras serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada. Vale destacar que é previsto no escopo dos trabalhos a avaliação da capacidade dos mananciais de abastecimento público.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
<p>Isabelle Barcelos Malaquias</p>	<p>Para conseguirmos um alcance melhor de participação da população, o ideal seria que as audiências fossem menos extensas e mais objetivas, com respostas aos questionamentos na hora, dividindo em grupos pequenos de municípios para cada audiência, tendo maior dinamismo.</p>	<p>Prezada Izabelle,</p> <p>a estratégia de mobilização social, de comunicação e os eventos participativos para a construção do PDUI-RMC é apresentado no Produto P1. Nesse documento, é possível observar que as audiências públicas não são o único momento em que a sociedade poderá contribuir para a construção deste Plano. Destacamos que as audiências possuem um regulamento e uma estrutura de funcionamento mais rígida. Somado a isso, a quantidade de municípios que compõem a RMC acaba por resultar em uma audiência pública mais longa.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Sergio Marceli Batista	Plano Diretor e PDUI-RMC podem atentar-se a ZRO (Zona de Restrição de Ocupação) do Jardim Tropical para flexibilizar o uso da propriedade e sua fruição de forma compatível com as questões ambientais e de adensamento mínimo. Objetivo: propiciar o mínimo de infraestrutura para evitar invasões e desestruturação social.	<p>Prezado Sergio,</p> <p>as questões relacionadas aos zoneamento, ao macrozoneamentos e demais regulamentações quanto ao uso e a ocupação do solo serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Silvana Melo Farial	Alteração do zoneamento do Jardim Tropical (ZRO), com o objetivo de permitir a fruição das propriedades bem como organizar o adensamento que ocorre com invasões e aquisições legais.	<p>Prezada Silvana,</p> <p>as questões relacionadas aos zoneamento, ao macrozoneamentos e demais regulamentações quanto ao uso e a ocupação do solo serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Amanda Cristina Pasqualini Peron</p>	<p>Como será feita a compatibilização dos Planos Diretores Municipais com o PDUI?</p>	<p>Prezada Amanda,</p> <p>os municípios que compõem a RMC colaboram no processo de construção coletiva do PDUI. Assim, as condicionantes de cada ente serão levadas em consideração no produto final desse Plano. Entretanto, eventuais atualizações de diretrizes deverão ser providenciadas pelos municípios em seus Planos Diretores, compatibilizando-os às diretrizes do PDUI, conforme especificado no parágrafo 3º do Art. 10 da Lei Federal 13.089: "Nas regiões metropolitanas e nas aglomerações urbanas instituídas mediante lei complementar estadual, o Município deverá compatibilizar seu plano diretor com o plano de desenvolvimento urbano integrado da unidade territorial urbana".</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
<p>Amanda Cristina Pasqualini Peron</p>	<p>Quais serão as orientações/diretrizes do PDUI para a efetiva compensação financeira dos municípios que possuem punições urbanísticas em decorrência da necessidade de manutenção das áreas de preservação permanente para abastecimento de água para a RMC?</p>	<p>Prezada Amanda,</p> <p>as questões relacionadas as compensações financeiras e às restrições a ocupação devido as fragilidades ambientais ou a existência de mananciais de abastecimento público serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Elisa Detzel Berlert	Na proposta das FPICs será considerada distribuição de recursos/compensações para os municípios onde o desenvolvimento urbano é mais condicionado a diretrizes metropolitanas de restrição ambiental? Ex: pagamento por serviços ambientais como mananciais futuros?	<p>Prezada Elisa,</p> <p>as questões relacionadas às compensações financeiras aos municípios que prestam algum tipo de serviço ambiental serão analisadas ao longo do processo de elaboração do PDUI-RMC.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Frederico Mercer G. Jr	Quais os benefícios que o município acolhe fazendo parte da região metropolitana?	<p>Prezado Frederico,</p> <p>essa questão será melhor debatida no Produto 04 — Proposta de Recorte Territorial da Região Metropolitana. Pode-se destacar alguns exemplos, como: acesso a recursos específicos para as regiões metropolitanas, capacitações técnicas fornecidas pelo órgão metropolitano e a próprio processo de planejamento metropolitano.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>
Frederico Mercer G. Jr	A AMEP deverá ter uma visão diferenciada no sentido do município fazer confrontação com outro estado para liberação de anuência prévia de parcelamento de novos empreendimentos. Sugere-se autonomia do município analisar as questões ambientais e aceitação do parecer técnico do servidor público responsável na questão de mananciais.	<p>Prezado Frederico,</p> <p>as questões relacionadas aos licenciamento de uso e de parcelamento do solo metropolitano, aos licenciamentos ambientais e a autonomia municipal para esses licenciamento serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo nas FPICs de Planejamento Territorial e Uso do Solo e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e serão abordadas na fase seguinte,</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Gabriel Wilczek	Que os municípios da região metropolitana tenham a autonomia de análise e aprovação sem a necessidade de anuência da AMEP em parcelamentos até 10.000,00m².	<p>Prezado Gabriel,</p> <p>as questões relacionadas ao uso e ao parcelamento do solo metropolitano serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo, onde sua contribuição será melhor avaliada.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Manoel Marcos da Silva	Tijucas do Sul pertence à Bacia Rio da Várzea, rica em mananciais, e o município sofrendo com a falta de investimentos, solução e agilidade no quesito saneamento básico.	<p>Prezado Manoel,</p> <p>as questões relacionadas aos mananciais, investimentos públicos em saneamento básico e outros relacionados a essa temática serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
José Altair Moreira (Gringo)	Uma de nossas reivindicações: Pavimentação na ligação São José dos Pinhais (R. Izaura Ravaglio) com Tijucas do Sul (R. João Batista Setim) – antiga estrada velha de Joinville – Motivo: interrupções na BR-376.	<p>Prezado José,</p> <p>as questões relacionadas à pavimentação viária e ao sistema viário serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
Antonio Claudio Martins	Real integração do transporte público do município Tijucas do Sul com a região, pois hoje não existe.	<p>Prezado Antônio,</p> <p>as questões relacionadas ao transporte público coletivo, conexões intermunicipais e entre equipamentos metropolitanos serão analisadas na etapa de diagnóstico, Produto 02 — Diagnósticos Setoriais Prioritários, sobretudo na FPIC de Mobilidade Metropolitana, e abordadas na fase seguinte, correspondente ao Produto 03 — Consolidação das Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Estratégico e os Projetos Estruturantes Metropolitanos, que terá caráter propositivo.</p> <p>Dentro do PDUI, vamos analisar esses pontos em conjunto com a Diretoria de Transportes da AMEP e relacionados ao que é importante para a gestão da região metropolitana, ou seja, como as funções públicas de interesse comum serão organizadas e gerenciadas.</p> <p>Ressaltamos também que a sugestão de novas linhas e ligações podem ser solicitadas à Diretoria de Transportes da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, através do link:</p>

Participante	Contribuição	Esclarecimento
		<p>https://www.amep.pr.gov.br/ouvidoria, para serem analisadas e viabilizadas, se possível.</p> <p>Agradecemos a sua contribuição e contamos com sua participação e apoio nas próximas etapas.</p>